

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

SILAS DOS SANTOS BRAZ

**ESTUDO PRELIMINAR DE UMA CRECHE COM ARQUITETURA TEMÁTICA
NA COHAB ANIL IV, EM SÃO LUÍS**

São Luís – MA

2014

SILAS DOS SANTOS BRAZ

**ESTUDO PRELIMINAR DE UMA CRECHE COM ARQUITETURA TEMÁTICA
NA COHAB ANIL IV, EM SÃO LUÍS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade
Estadual do Maranhão para
obtenção de título de Bacharel em
Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Msc. Geraldo Magela
Fonseca

São Luís – MA

2014

Braz, Silas dos Santos.

Estudo preliminar de uma creche com arquitetura temática na Cohab Anil IV em São Luís / Silas dos Santos Braz.– São Luís, 2014.

91 f

Monografia (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão, 2013.

Orientador: Msc. Geraldo Magela Fonseca

1.Arquitetura pré-escolar. 2.Arquitetura temática. 3.Educação Infantil.

I.Título

SILAS DOS SANTOS BRAZ

**ESTUDO PRELIMINAR DE UMA CRECHE COM ARQUITETURA TEMÁTICA
NA COHAB ANIL IV, EM SÃO LUÍS**

Monografia aprovada em: ___/___/___ para a obtenção do título de Bacharel
em Arquitetura e Urbanismo.

BANCA EXAMINADORA

Geraldo Magela Fonseca (Orientador)

Departamento de Arquitetura e Urbanismo - UEMA

Professor (a) Avaliador (a)

Departamento de Arquitetura e Urbanismo - UEMA

Arquiteto convidado

Arquiteto e Urbanista

São Luís – MA

2014

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus que me iluminou para prosseguir neste trabalho, a minha mãe Tânia Lima dos Santos e a minha avó Maria dos Milagres Lima dos Santos, aos demais familiares que me incentivaram nesta jornada e aos demais amigos com quem convivo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me ajudar a concluir mais uma etapa, pois sem seu auxílio nada poderia ter se realizado.

Agradeço ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão e ao seu Departamento por possibilitar a disseminação do conhecimento.

Agradeço a todas as pessoas que colaboraram com o desenvolvimento deste trabalho, meu orientador, o professor Geraldo Magela Fonseca, e a professora Bárbara Prado, além de amigos do curso com os quais pude contar, a saber, Christian Ralph Mendonça Batista e Fabiano Penha Barbosa Pinto.

Por fim, agradeço a minha família, que em momentos de alegria e dificuldade sempre acreditou e incentivou o meu trabalho, a todos envio-lhes os meus sinceros agradecimentos.

“Os pensamentos de uma pessoa são como água em poço fundo, mas quem é inteligente sabe como tirá-los para fora”.

Salomão - Autor de Provérbios 20:5

RESUMO

Este trabalho final de graduação tem como objetivo elaborar um estudo preliminar de uma creche para uma área ociosa localizada no bairro COHAB-ANIL IV, tendo em vista a carência desse serviço no local e em suas redondezas. Leva em consideração, a legislação brasileira sobre as creches e as leis urbanísticas que regem a área na qual o edifício será implantado. Além disso, defende na elaboração do projeto a conciliação entre aspectos lúdicos e a funcionalidade com base em idéias provindas de pensadores da educação infantil e em exemplos que servem de inspiração. Este trabalho justifica a utilização de uma arquitetura temática na concepção de novas creches como uma ferramenta importante para a criação de vínculos entre o público infantil e a arquitetura da edificação destinada a ele.

Palavras-chave: Arquitetura pré-escolar, Arquitetura Temática, Educação Infantil

ABSTRACT

This final graduation work aims to carry out a preliminary study from a nursery to a idle area located in the COHAB-ANIL IV, considering the lack of on site service and in its surroundings. Takes into account, under Brazilian law on nurseries and the laws that govern the urban area in which the building will be deployed. In addition, advocates in the drafting of the project the reconciliation of playful aspects and functionality based on ideas coming from thinkers of early childhood education and in examples that serve as inspiration. This work justifies the use of a thematic architecture in the design of new day-care centers as an important tool for the creation of links between the children and the architecture of the building meant to him.

Keywords: Thematic architecture, Preschool Architecture, Early childhood education

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Visão geral do Walt Disney World Grand Floridian Resort & Spa (EUA).....	36
Figura 02 - Salão Interno em uma unidade do W.D.W.G.F.Resort & Spa (EUA).....	36
Figura 03 - Fachada Frontal do Feature Animation Building em Burbank (EUA).....	37
Figura 04 - Vista aérea do Feature Animation Building em Burbank (EUA)....	37
Figura 05 - Vista da Loja Smart Brinquedos em Concórdia (SC).....	39
Figura 06 - Vista de um Conservatório em Anhui na China.....	39
Figura 07 - Vista frontal do Luxor Hotel em Las Vegas.....	41
Figura 08 - Vista frontal do New York Hotel em Las Vegas.....	41
Figura 09 - Mario e outros personagens da série em Game & Watch Gallery 2, 1997.....	44
Figura 10 - Mario em Super Mario 3D World, 2013.....	44
Figura 11 - Capa do game Mario Power Tennis lançado em 2003.....	46
Figura 12 - Capa do game Mario Golf Toadstool Tour lançado em 2003.....	46
Figura 13 - Capa do game Mario Superstar Baseball lançado em 2003.....	46
Figura 14 - Capa do game Mario's Time Machine lançado em 1993.....	47
Figura 15 - Capa do game Mario Early Years Fun with Numbers lançado em 1993.....	47
Figura 16 - Capa do Game Mario is Missing lançado em 1993.....	47
Figura 17 - Capa do Game Mario Teaches Typing lançado em 1991.....	47
Figura 18 - Vista aérea do Terreno a ser utilizado.....	52
Figura 19 - Vista do terreno na esquina entre a Av. Braulino e a Av.02.....	52
Figura 20 - Vista do terreno na esquina entre a Av. 02 e a Rua 09.....	52
Figura 21 - Desenho esquemático do Terreno com as curvas de nível.....	53
Figura 22 - Desenho esquemático do Terreno com seus afastamentos.....	54
Figura 23 - Concepção arquitetônica a partir do personagem Mário.....	55
Figura 24 - Cabeça de Mário no game Super Mario 64.....	55
Figura 25 - Setorização da creche Super Mário & CIA.....	56

Figura 26 - Disposição dos ambientes na Unidade Administrativa da creche Super Mário & CIA.....	57
Figura 27 - Disposição dos ambientes na Unidade destinada as Recepções da creche Super Mário & CIA.....	59
Figura 28 - Disposição do Auditório da creche Super Mário & CIA.....	60
Figura 29 - Visão geral da Unidade de Atividade e Lazer da creche Super Mário & CIA.....	61
Figura 30 - Disposição dos ambientes no Bloco de Atividade e Lazer destinado a crianças menores da creche Super Mário & CIA.....	61
Figura 31 - Disposição dos ambientes no Bloco de Atividade e Lazer destinado a crianças maiores da creche Super Mário & CIA.....	62
Figura 32 - Disposição dos ambientes no Bloco de Serviço da creche Super Mário & CIA.....	65
Figura 33 - Organograma dos ambientes na creche proposta.....	68
Figura 34 - Pontos de acesso da creche Super Mário & CIA.....	70
Figura 35 - Sentido da ventilação percorrendo os caminhos deixados entre as platibandas dos blocos setoriais da creche.....	73
Figura 36 - Sentido da ventilação penetrando através das esquadrias acima da laje dos corredores internos de circulação da creche.....	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEB – Câmara de Educação Básica
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
COMLURB - Companhia Municipal de Limpeza Urbana
DNCr - Departamento Nacional da Criança
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
FUNABEM - Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IPTU - Imposto predial territorial urbano
ISS - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
LBA - Lei Brasileira de Assistência Social
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
M – Metro
M²- Metro quadrado
PNE – Plano Nacional de Educação
PROAP-RIO - Programa de Urbanização de Assentamentos Populares na cidade do Rio de Janeiro
SAM - Serviço de Assistência ao Menor
SEB – Secretaria de Educação Básica
UEI – Unidade de Educação Infantil
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
ZR5 – Zona Residencial 5

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
INTRODUÇÃO	14
1. DIREITO A CRECHE	17
1.1. Definição de Creche	17
1.2. A Função Social	17
1.3. A Função Pedagógica	18
1.4. Contexto Histórico do Surgimento das Creches	18
1.5. Fases do atendimento das primeiras creches no Brasil.....	20
1.6. Participação do Estado nas creches brasileiras	22
1.7. Legislação brasileira sobre creches.....	24
1.8. O espaço escolar sob uma perspectiva legal	29
2. A CRECHE HOJE.....	34
2.1. Questões relacionadas às creches brasileiras.....	34
2.2. Relação entre ambiente e pedagogia ao longo da história	37
2.3. O movimento das Escolas Novas	38
2.4. Elementos da relação entre arquitetura e pedagogia.....	40
3. ARQUITETURA TEMÁTICA	45
3.1. O que é Arquitetura Temática?	45
3.2. Importância da arquitetura temática para a função pedagógica	45
3.3. Exemplos de arquitetura temática	46
3.3.1. Algumas obras de Robert Stern	46
3.3.2. Estilo Kitsch	49
3.3.3. Exemplos em Las Vegas	52
3.4. Escolha da temática a ser adotada no projeto proposto da creche.....	54
4. DEFINIÇÕES PARA O ANTEPROJETO NESTE TRABALHO	61
4.1. Considerações iniciais.....	61
4.2. Justificativas específicas acerca da escolha do terreno e do bairro no anteprojeto.....	62
4.3. Localização e Implantação.....	64
4.4. Conceito Arquitetônico	67
4.5. Setorização	67
4.6. Programa de Necessidades	68
4.6.1. Unidade Administrativa e de Apoio	69

4.6.2. Unidade destinada a Recepções	71
4.6.3. Unidade destinada ao Auditório	72
4.6.4. Unidade de Atividades e Lazer	73
4.6.5. Unidade de Serviço	77
4.6.6. Outras Áreas	79
4.7. Organograma	80
4.8. Considerações acerca da arquitetura temática da creche	81
4.9. Acessos e Circulação Externa	82
4.10. Considerações acerca dos Sistemas Construtivos e do Revestimento de materiais empregados na creche proposta.....	83
4.11. Considerações acerca do Conforto ambiental e térmico na creche	84
4.12. Outras considerações acerca da creche proposta	86
CONCLUSÃO	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para entender a motivação deste trabalho, é necessário analisar primeiramente o contexto atual em relação aos equipamentos urbanos voltados para o público infantil. De uma forma geral, o Brasil ainda é um país com grande deficiência quanto a redes de creches. Isso constitui um grande problema, mas deve-se reconhecer que esta situação já foi pior no passado. As melhorias, com o passar do tempo, se deveram muito à preocupação da sociedade junto ao poder público em consolidar essas instituições como sistemas de apoio à primeira infância vinculados à educação e à formação de cidadania.

Outro aspecto a ser analisado é que o maior objetivo das creches é sem dúvida auxiliar o pleno desenvolvimento da criança. No campo da Arquitetura, isso inclui a produção de espaços que despertem nas crianças o sentimento de fascínio, criatividade, imaginação e identificação com o local, o que contribui de forma significativa no processo de aprendizado. Isso quer dizer que a melhor forma de se projetar algum ambiente para a criança é pensar de fato como uma criança pensaria. Além de todas as preocupações convencionais ao elaborar uma creche, esse sentimento infantil também é necessário.

Essas questões levam a outra pergunta: *Sabendo da necessidade de identificação do público infantil com essas instituições, qual a melhor forma de aplicação prática deste sentimento infantil na concepção de novas creches?* Tratando-se de experiências práticas, a melhor forma já conhecida é, certamente, a adoção de temas infantis na elaboração dos projetos, ou seja, uma arquitetura temática voltada para a fantasia. Isso pode ser observado nos chamados parques temáticos principalmente da Walt Disney Company. De forma resumida, a proposta deste trabalho é extrair esse conceito de arquitetura-fantasia na elaboração de uma creche, sem perder, no entanto seu caráter funcional e sua finalidade educativa.

INTRODUÇÃO

Este trabalho final de graduação tem como objetivo elaborar um estudo preliminar de uma creche com arquitetura temática para uma área ociosa localizada no bairro COHAB-ANIL IV, tendo em vista a carência deste serviço no local e em suas redondezas. Além disso, mostrar como é possível uma aplicação prática do projetar com um sentimento infantil, ou seja, conceber uma arquitetura voltada para crianças.

O projeto proposto surge a partir da observação do papel das creches enquanto instituições voltadas para a sociedade e da reflexão sobre a deficiência da rede de creches no Brasil, de forma geral.

A partir dessa percepção, pode-se observar que a creche possui duas funções principais: a *social* e a *pedagógica*. A primeira está relacionada com o artigo 7º da Constituição Federal de 1988, que assegura ao trabalhador brasileiro a assistência gratuita aos filhos e dependentes de zero até seis anos de idade em creches e pré-escolas. A outra, por sua vez, está relacionada com a Nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional de 1996, que estabelece como objetivo da educação infantil o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade.

Embora a creche seja uma instituição legalmente reconhecida, no bairro proposto para o projeto, observa-se a ausência desse instrumento de educação, o que apenas reflete, em menor escala, a situação brasileira.

Outro fato a ser analisado está relacionado à função pedagógica da creche. Se o objetivo desta é o pleno desenvolvimento da criança, então o meio arquitetônico tem de trazer em si criatividade, atratividade, estímulos que condicionem a criança a despertar o sentimento de querer descobrir e imaginar, não se tratando simplesmente de construir espaços que tragam suporte ao funcionamento de uma creche, fato comumente observável em grande parte das creches brasileiras.

Portanto, ao elaborar um anteprojeto de creche, o objetivo deste trabalho de conclusão de curso é, não só, amenizar a carência desse tipo de

serviço na região da COHAB-ANIL IV e seus arredores, como também mostrar uma aplicação prática de como dotar a arquitetura de sentimento infantil que possa propiciar à criança condições para um melhor processo de aprendizado nos primeiros anos de vida. Isto se torna possível, através da utilização de uma arquitetura temática, respeitando a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional e a Portaria 321/88 do Ministério da Saúde que estabelece os requisitos gerais para a elaboração de projetos de creches. Além destas, outras questões serão levantadas na proposta, tais como: a relação entre este projeto e seu entorno, as condições de conforto ambiental, acústico e lumínico além de preocupações quanto à acessibilidade da edificação.

A seguir, serão expostos de forma sucinta os principais pontos abordados neste trabalho.

O primeiro capítulo se destina a discorrer sobre a creche numa perspectiva legal. Além disso, estabelece um conceito para a creche como instituição e destaca suas duas funções principais, a saber, a *função social* e a *pedagógica*. Esta seção procura também levantar um breve histórico sobre o surgimento das creches na Europa, no contexto de Revolução Industrial que trouxe grandes transformações para a sociedade. Também mostra que o processo ocorreu de forma análoga no Brasil, adquirindo, no entanto algumas peculiaridades. O objetivo deste histórico, por seu turno, é mostrar como as creches se consolidaram nessas sociedades, embora não estivessem ainda imbuídas de um caráter educacional. Em seguida, procura-se destacar como tem se estabelecido a relação entre o Estado Brasileiro e a recente formação de creches nas grandes capitais do país até a atualidade. Nesta parte também se busca citar e comentar as principais leis norteadoras da educação brasileira, além de apresentar uma breve cronologia da criação dos principais órgãos vigentes considerados instrumentos de auxílio, fiscalização e orientação da educação, sobretudo no Brasil.

O segundo capítulo concentra-se na realização de uma breve análise sobre a atual conjuntura brasileira, no que se refere à rede de creches e levantar suas principais deficiências quanto à estrutura. Neste capítulo

também serão levantadas questões associadas ao caráter pedagógico da creche: como se dá a relação entre a criança e o ambiente da creche? Existe uma identificação do público infantil com a tipologia padrão adotada nesses edifícios? Como a Arquitetura pode contribuir neste processo? O capítulo trata ainda de salientar a relação entre Arquitetura e Pedagogia, enfatizando-se a importância do ambiente para o processo de aprendizagem da criança em seus primeiros anos de vida. Sendo assim, serão abordados registros de pensadores da educação que destacam a importância do ambiente físico para o aprendizado do aluno. Destes, serão aproveitadas várias ideias que influenciarão a concepção do projeto aqui proposto.

No terceiro capítulo, o enfoque é o campo da Arquitetura temática, em que, de forma breve, serão explanadas sua definição, suas principais referências arquitetônicas e, sobretudo, a maneira como ela atende as questões aqui levantadas, ou seja, como ela pode aproximar a arquitetura da criança, estabelecer relações de identidade entre esta e o ambiente físico. Também é nesta parte que se adotará uma temática infantil que influenciará a concepção arquitetônica a ser utilizada no projeto proposto.

A partir do quarto capítulo, o enfoque deste trabalho passa a ser o projeto, onde serão abordadas questões que vão desde a escolha do terreno e do bairro, até as definições de anteprojeto incluindo questões relacionadas à implantação, insolação, ventilação, acessos, setorização, programa de necessidades, pré-dimensionamento e algumas especificações de materiais.

Por último, seguir-se-ão as considerações finais deste trabalho.

1. DIREITO À CRECHE

1.1. Definição de Creche

Segundo a Constituição Federal de 1988, a creche é um equipamento urbano destinado à prestação de assistência sócio-educativa para as crianças de zero a quatro anos. Seguindo essa linha de pensamento, observa-se que a creche tem por objetivo o pleno desenvolvimento da criança. Além disso, ela deve ter um caráter polarizador da ação social, uma vez que sua integração com o entorno possibilita benefícios tanto a comunidade como para seu próprio funcionamento. Outro aspecto a ser mencionado é o fato de que a creche pode ser vista como um produto das ações públicas do Estado destinadas a primeira infância ou pode ser um fruto de iniciativas particulares com pouca participação do Estado. Sabendo dos principais objetivos de uma creche, pode-se atribuir-lhe uma série de outros objetivos subjacentes que podem ser agrupados em duas funções básicas de uma creche: a função *social* e *pedagógica*. A seguir trataremos especificamente destas duas funções.

1.2. A Função Social

Esta é a principal função da creche, pois do ponto de vista histórico, as primeiras creches surgiram a partir da necessidade dos operários das primeiras fábricas de terem um local para abrigar seus filhos pequenos no período em que estivessem no trabalho. Sendo assim, em primeira instância, as creches eram verdadeiros depósitos de crianças. Com o passar do tempo, este equipamento urbano começa a ter outras finalidades, tais como: abranger não somente a criança, mas também buscar estabelecer vínculos com a família e a comunidade, na qual a criança se encontra; atenuar na criança a ausência temporária dos pais; desenvolver atividades que envolvam a comunidade tendo por fim a ação social. Todos os atributos aqui mencionados constituem a função social das creches. Para finalizar este tópico, as creches podem ser frutos tanto da iniciativa pública, como da privada. Quando ela tem um caráter

público, passa a ser vista como um instrumento do poder público para a assistência à primeira infância.

1.3. A Função *Pedagógica*

Após o aparecimento das primeiras creches durante a Revolução Industrial, começaram a surgir ideias no sentido de atribuir um caráter educativo às creches. Então, a partir desse momento, elas deixaram de ser vistas como simples depósitos de salvaguarda de crianças e passaram a ser observadas como locais destinados à aprendizagem do convívio em sociedade e assimilação das primeiras noções de conhecimento, ou seja, uma espécie de pré-escola. Houve avanços em disciplinas como Psicologia, Antropologia, Sociologia e principalmente Pedagogia, em cuja área surgiram várias linhas de pensamento, entre as quais vale destacar a metodologia montessoriana. Isto contribuiu para uma melhor compreensão sobre como deve ser o espaço e a metodologia a ser empregada para o bom cumprimento da função pedagógica das creches (aqui vistas como pré-escolas) e das escolas propriamente ditas.

A seguir será tratado de uma forma mais detalhada como se deu esse surgimento das creches ao longo da história.

1.4. Contexto Histórico do Surgimento das Creches

As primeiras instituições voltadas para o atendimento de crianças pequenas surgiu na Europa Medieval e se chamava *Roda dos expostos*. Elas recebiam recém-nascidos abandonados e tinham um caráter apenas de atendimento e assistência. Todavia, não tinham como objetivo trazer amparo às crianças, limitando-se a ser apenas um local destinado a receber filhos rejeitados, geralmente frutos de relações ilegítimas dos pais, os quais se mantinham no anonimato.

A roda foi instituída para garantir o anonimato do expositor, evitando-se, na ausência daquela instituição e na crença de todas as épocas, o mal maior, que seria o aborto e o infanticídio. Além disso, a roda

poderia servir para defender a honra das famílias cujas filhas teriam engravidado fora do casamento. Alguns autores atuais estão convencidos de que a roda serviu também de subterfúgio para se regular o tamanho das famílias, dado que na época não havia métodos eficazes de controle da natalidade (MARCÍLIO, 2006, p. 74).

Entretanto, para entender a história das creches propriamente ditas, com seu significado moderno, é necessário lembrar em que contexto elas surgiram. Por isso, devemos recordar a Europa dos séculos XVIII e XIX, período em que este continente estava passando pela Revolução Industrial. Este período foi marcado por uma intensa modificação nos modos de produção e pela ascensão da burguesia que contribuiu para a emergência do sistema econômico capitalista na Europa. Isto significou o fim da, então, sociedade tradicional, pois não era mais possível com esse novo contexto uma família sobreviver através de seus próprios meios de subsistência, característica esta originada da sociedade feudal.

O nascimento da indústria alterou profundamente a estrutura social vigente, modificando costumes de dentro da família e o papel da mulher dentro de casa, e resultou em grandes mudanças com relação à proteção da criança (RIZZO, 2006, p. 31).

Devido às novas exigências do capitalismo industrial que se seguiu, a melhor alternativa para as famílias garantirem sua subsistência foi que todos os seus membros ingressassem no mercado de trabalho. O sustento não provinha mais do trabalho domiciliar, em que apenas alguns membros trabalhavam enquanto outros se envolviam nas funções domésticas. Agora, havia a necessidade de todos buscarem trabalhos em fábricas.

Durante o surgimento das primeiras fábricas, a mão de obra empregada era majoritariamente masculina, no entanto ela começou a perder espaço no mercado de trabalho devido à mecanização e automação dos meios de produção. Os capitalistas também começaram a perceber que a mão de obra feminina e infantil era mais vantajosa pelo fato de as máquinas até então, não necessitarem mais do uso da força para funcionarem corretamente e principalmente porque estas mãos de obra custavam mais barato. No entanto, o trabalho infantil não perdurou muito, pois começaram a surgir grupos e

manifestações contrárias a exploração infantil, o que acabou inviabilizando, com o tempo, o emprego dessas crianças nas fábricas.

A partir daí, puderam ser observados duas questões interessantes: a mulher não se envolvia apenas com as atividades domésticas, agora ela passava a maior parte do tempo como operária e outro fato era descobrir o que fazer com as crianças pequenas na ausência dos pais, ou seja, quem ficaria responsável pelos cuidados dos filhos pequenos dos operários das fábricas? Surge, assim, a necessidade de serem criados locais para a salvaguarda de crianças pequenas. Apesar disso, a sociedade não presenciou de forma imediata a criação desses locais, o que contribuiu para um grande aumento da mortalidade infantil na época. As primeiras instituições voltadas para esse contexto tinham como objetivo cuidar das crianças pequenas e protegê-las enquanto os pais, principalmente as mães, trabalhavam nas fábricas.

Os primeiros espaços destinados ao abrigo dos filhos das operárias foram criados devido à pressão exercida pelas mulheres trabalhadoras para a criação de um local apropriado para se deixar os filhos, atendendo aos interesses dos patrões, donos de fábricas, e das reivindicações do movimento feminista (CARVALHO, RUBIATO, 2012, p. 10).

No Brasil, o processo se deu de forma análoga a outros países. No entanto, devido a sua industrialização tardia, as primeiras creches no Brasil datam do final do século XIX. Segundo Faria (1997), uma peculiaridade das antigas creches brasileiras é que além de servir como salvaguarda para os filhos dos operários, atendiam também os filhos das escravas que trabalhavam como empregadas domésticas.

1.5. Fases do atendimento das primeiras creches no Brasil

Ao longo de sua existência, as creches assumiram caráter diversificado, conforme as preocupações de cada época. De acordo com Merisse (1997) em seu livro *Lugares da Infância*, o atendimento à primeira infância em instituições possuía, no início, um caráter exclusivamente

filantrópico. Logo em seguida, surgiram preocupações com relação a aspectos higiênico-sanitários. Já a terceira etapa foi marcada pelo assistencialismo. E por último, surge o caráter educacional. A seguir nos deteremos um pouco em cada uma destas fases.

A filantropia surge como resposta do momento, iniciativas privadas como de grupo religiosos e de voluntários promovem o atendimento aos filhos de mulheres trabalhadoras e as crianças abandonadas; a orientação higiênico-sanitária na década de 1870, buscando diminuir os altos índices de mortalidade infantil; o assistencialismo enfim é uma prática na qual a creche se manteve prisioneira durante muito tempo, as ações no contexto das políticas públicas para a creche partem principalmente das áreas da assistência e da saúde, destinadas principalmente para atender as crianças abandonadas e necessitadas (RUIZ, 2011, p. 05).

Fase filantrópica: é considerada a primeira de todas as fases, pois as creches surgiram da necessidade imediata de abrigar filhos pequenos dos trabalhadores, na primeira metade do século XIX. A maior parte das iniciativas no sentido de criar estes abrigos era proveniente de grupos religiosos e voluntários, daí também atenderem a crianças abandonadas nas ruas.

Fase higiênico-sanitária: pôde ser amplamente percebida no Brasil e se destacou por preocupar-se com questões referentes à alimentação, higiene e segurança física das crianças, tendo em vista os assustadores índices de mortalidade infantil na segunda metade do século XIX. É nesse contexto que surge o movimento higienista que defendia o emprego dos avanços científicos no combate à proliferação de doenças comuns àquela época. É importante lembrar que a implantação de creches no Brasil ocorre de forma tardia e por isso as primeiras instituições brasileiras já detinham um caráter higienista.

Fase assistencialista: segundo Merisse (1997), este momento, situado no início do século passado, foi marcado pelo assistencialismo em que as ações do poder público se restringiam a prestar serviços na área de assistência e saúde, tendo como foco as crianças abandonadas.

Fase educacional: esta é a fase atual. Aqui a creche é vista como uma pré-escola, que antecede a escolarização básica. A criança aprende as primeiras noções do convívio social e também inicia seu processo de aprendizado escolar. Por isso, é comum o uso do termo *creche-escola*. Para chegar até este conceito, surgiram várias ideias e linhas de pensamento que tinham como objetivo remodelar o conceito da creche, atribuindo-lhe uma função pedagógica. Além disso, muitas destas ideias tornaram-se referências tanto para creches como, principalmente, escolas, já que a creche, como vimos, era vista como uma prévia da escola propriamente dita.

1.6. Participação do Estado nas creches brasileiras

Como já foi discorrido anteriormente, as primeiras creches no Brasil foram frutos de iniciativas de higienistas. Segundo Kramer (2006), este grupo era composto por associações privadas como as dos médicos e damas beneficentes, sem falar dos grupos religiosos e voluntários. Estas atitudes foram tomadas devido, sobretudo, ao grande índice de mortalidade infantil naquela época.

Durante esse período, o Estado participava fornecendo auxílio a essas iniciativas privadas. No entanto, não se envolvia diretamente com a criação e tampouco com o funcionamento dessas instituições, pois o atendimento a crianças não era considerado uma questão social. A ideologia até então presente era de que os cuidados com as crianças consistiam em obrigações exclusivas dos pais ou responsáveis, isto é, cabia somente a estes prover a seus filhos a subsistência até estes alcançarem a maioridade e, assim, buscarem seus próprios meios de sobrevivência, em conformidade com a legalidade estabelecida pelo Estado.

No início do século XX ocorreram vários movimentos operários que contribuíram para a mudança desse quadro no país, exercendo forte pressão tanto sobre o Estado como sobre as empresas privadas. Devido a isso, na década de 30, durante a era Vargas, foi estabelecida uma resolução nas CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) que obrigava as empresas com mais de

trinta operárias a manterem um berçário dentro de seus domínios. Embora esta medida tenha sido significativa para época, não obteve a eficácia esperada, pois havia pouca ou quase nenhuma fiscalização por parte do poder público nas empresas. Além disso, o ambiente requerido tinha apenas a função de abrigo e amamentação, ou seja, não havia nenhuma preocupação pedagógica.

A seguir serão expostos de forma breve os principais órgãos que foram surgindo ao longo do século XX, à medida que as questões e reivindicações envolvendo o atendimento à primeira infância foram se intensificando principalmente no Brasil até o início da década de 70.

1920: criação de alguns códigos para menores e órgãos de amparo assistencial e jurídico.

1923: criação do Juizado de Menores

1930: criação do Ministério da Educação

1940: criação do Departamento Nacional da Criança (DNCr)

1941: criação da Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), esta se extinguiu em 1995.

1941: criação do Departamento Nacional da Criança e do Serviço de Assistência ao Menor (SAM)

1946: criação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

1953: criação da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM)

1970: surgimento das primeiras creches comunitárias no Brasil

Nesse contexto de creches comunitárias, o Estado incentivava essa iniciativa, pois era uma opção de baixo custo. Esse tipo de creche funciona da seguinte maneira: uma mulher em sua própria casa era paga para cuidar dos filhos dos vizinhos enquanto estes trabalhavam.

Já a década de 80 foi marcada pela proliferação da rede de creches em todo o país devido a pressões dos grupos trabalhistas. Então nessa época, o assunto passou a ser pauta de campanhas eleitorais. Viu-se assim pela primeira vez a possibilidade do Estado de assumir a construção e manutenção das creches públicas. No entanto, foi na promulgação da Constituição de 1988

que o Estado reconhece de forma oficial o dever de garantir as crianças o acesso à educação em creches e pré-escolas.

Posteriormente com a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, houve uma extensão dos direitos à educação das crianças para os adolescentes. Já em 1996 foi criada a LDB (Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional) que regulamenta esses direitos à educação assegurados pela Constituição.

1.7. Legislação brasileira sobre creches

A partir dos anos 80, a intensificação das mobilizações de diversos setores da sociedade que reivindicavam junto ao Estado direitos de acesso à educação desde o nascimento, acabou por influenciar a Constituição brasileira de 1988. Neste documento ficou assegurado o direito à educação gratuita dos zero aos cinco anos de idade. Já em 1990, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que regulamenta os direitos da infância e adolescência com base em diretrizes lançadas pela Constituição. A partir deste contexto ficou consolidada no Brasil a dimensão pedagógica que a creche deve possuir.

Com essa nova atribuição educacional, ocorreu um aprofundamento de discussões cujo objetivo era estabelecer quais os rumos que a educação pré-escolar iria tomar, ou seja, uma busca pela melhor proposta pedagógica a ser adotada por padrão nas escolas brasileiras. É importante ressaltar que até então as creches não eram consideradas locais de educação e a partir daquele momento elas passaram a integrar a educação básica de um indivíduo fornecida pela sociedade. Antes a formação era iniciada no Ensino Fundamental e agora passava a se pensar numa educação pré-escolar que antecederia essa fase até então considerada a primeira.

Foi nesse contexto que perdurou durante os anos 90 que se criou a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDBEN) em 1996. Nela ficou assegurada que a Educação Infantil seria a primeira etapa da Educação Básica e também fez uma distinção entre creches e pré-escolas. Essa teria um caráter pedagógico e aquela um caráter mais assistencial. No entanto, a

tendência da política social voltada para essa área foi de incentivar a criação de centros em que a funções de creche e pré-escola tivessem vinculadas, pois a ideia era fornecer o acesso à educação desde o nascimento.

É importante lembrar que até essa época os serviços de atendimento em creches eram em parte fornecidos pelas secretarias de assistência social, como herança do assistencialismo que permeou a função das creches por muito tempo.

Após a promulgação da Constituição e a criação da LDBEN, surgiram no país, outros documentos como: “Subsídios para o credenciamento e funcionamento das instituições de educação infantil” (BRASIL, 1998) e o “Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil” (BRASIL, 1998). Tudo isto tinha como objetivo explicitar os principais aspectos administrativos e pedagógicos das futuras creches-escolas.

De forma sucinta pode-se dizer que essa foi a trajetória tomada desde as primeiras creches até a atual situação brasileira.

A seguir serão abordadas especificamente as principais considerações que a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) DE 1996 dispõem acerca da Educação Infantil, além também de considerar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

No tocante a Constituição Federal, o primeiro ponto a ser destacado se encontra no artigo 7º que descreve os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, mas precisamente no inciso XXV em que é assegurado aos filhos e dependentes daqueles a assistência gratuita do nascimento até os cinco anos de idade em creches e pré-escolas. Esse ponto evidencia que a creche deve possuir um caráter assistencial.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...)

XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas (BRASIL, 1988, art. 7);

Posteriormente no artigo 208º inciso IV, observa-se que o compromisso do Estado com a educação consiste em garantir as crianças de zero aos cinco anos o direito à educação infantil em creches e pré-escolas. Nesta outra parte, pode-se extrair que a creche também deve ter uma finalidade pedagógica.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...)

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade (BRASIL, 1988, art. 208);

Mais adiante o artigo 211º defende o estabelecimento do regime de colaboração nos sistemas de ensino das esferas municipal, estadual e federal. No parágrafo 2º, fica determinado que a responsabilidade quanto à estruturação do ensino fundamental e da educação infantil recai prioritariamente sobre os municípios.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. (...)

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (BRASIL, 1988, art. 211)

Outro documento importante é a lei 9.394/96 que é mais conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional de 1996.

Baseada na constituição federal, a LDBEN também confirma a obrigatoriedade do Estado em garantir a educação escolar pública garantindo o atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero á seis anos.

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: (...)

IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade. (BRASIL, 1996, art. 4)

A LDBEN também expõe que a responsabilidade pela educação infantil e ensino fundamental recai majoritariamente sobre os municípios. Conforme está escrito no artigo 11º:

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de: (...)

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida à atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino. (BRASIL, 1996, art. 11)

Discorrendo agora acerca da educação infantil, nos artigos 29º e 30º, está escrito:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996, art. 29)

Art. 30 - A educação infantil será oferecida em:

I - creche ou entidades equivalentes, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade. (BRASIL, 1996, art. 30)

Aqui fica determinado que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica, pois antes disso o processo educacional era iniciado somente no ensino fundamental. A lei prevê que essa primeira etapa ocorra até aos seis anos de idade. Logo são nas creches e pré-escolas que ela deve ocorrer. Por conseguinte, o principal objetivo do equipamento urbano

conhecido como creche é possibilitar o pleno desenvolvimento da criança integrando todos os aspectos.

Outro dispositivo importante a ser discutido é o Estatuto da Criança e do Adolescente criado em 1990. Ele inicia reiterando o que já se encontra presente na constituição, conforme se prescreve nos artigos 53 e 54:

Uma particularidade do ECA é que ela acrescenta que o atendimento em creches e pré-escolas deverá priorizar as crianças mais próximas desse equipamento urbano. Assim está escrito no artigo 53º:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: (...)

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. (...)
(BRASIL, 1990, art. 53)

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: (...)

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade. (BRASIL, 1990, art. 54)

O ECA também coloca a educação infantil e ensino fundamental como competência dos municípios e prevê ações de responsabilidade por desobediência ao estatuto.

Art. 88. São diretrizes da política de atendimento:

I - municipalização do atendimento; (BRASIL, 1990, art. 88)

Art. 208. Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não oferecimento ou oferta irregular: (...)

II- de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade. (BRASIL, 1990, art. 208)

A partir dessa legislação observa-se claramente que o direito à creche é inegável independentemente da condição social, pois ela é vista como instrumento para o início do processo educacional.

1.8. O espaço escolar sob uma perspectiva legal

No tópico anterior, percebe-se claramente que o direito a educação e o acesso à creche são direitos de todos os brasileiros a partir dos primeiros anos. Sabendo disso, nos deteremos em buscar na legislação brasileira considerações significativas sobre o espaço físico ideal das creches, do qual já temos consciência de sua importância para o processo de aprendizado e desenvolvimento das crianças.

Primeiramente, é importante discorrer sobre *Os Referencias Curriculares Nacionais para a Educação Infantil* que datam de 1998, apresentando um conjunto de recomendações (portanto não obrigatórias) que tinham por finalidade contribuir para um melhor funcionamento do projeto pedagógico da educação infantil. Aqui nos importarão as ponderações sobre o ambiente físico destinado as crianças.

O primeiro aspecto desse documento a ser analisado é que deve ocorrer uma nítida distinção entre os espaços de acordo com a faixa etária do público infantil. Segue-se o exemplo:

Particularmente as crianças de zero a um ano de idade necessitam de um espaço especialmente preparado onde possam engatinhar livremente, ensaiar os primeiros passos, brincar, interagir com outras crianças, repousar quando sentirem necessidade etc. (BRASIL, 1998, p. 69).

Nota-se também a significância que é dada à brincadeira para o aprendizado, ou seja, a valorização do caráter lúdico nas atividades desenvolvidas e no ambiente de ensino.

Na área externa, há que se criar espaços lúdicos que sejam alternativos e permitam que as crianças corram, balancem, subam, desçam e escalem ambientes diferenciados, pendurem-se,

escorreguem, rolem, joguem bola, brinquem com água e areia, escondam-se etc. (BRASIL, 1998, p. 69).

Outro documento importante é a Resolução CEB, Nº 1, de 7 de abril de 1999 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Ele defende que o uso do espaço físico deve estar perfeitamente integrado com a proposta pedagógica defendida nas creches.

As Propostas Pedagógicas e os regimentos das Instituições de Educação Infantil devem, em clima de cooperação, proporcionar condições de funcionamento das estratégias educacionais, do uso do espaço físico, do horário e do calendário escolar, que possibilitem a adoção, execução, avaliação e aperfeiçoamento das diretrizes. (BRASIL, 1999)

Já a partir do século XXI, em 2001 foi lançado o Plano Nacional de Educação (PNE) que estabelece metas a serem alcançadas para a década e isso inclui também questões de infraestrutura dos espaços físicos destinados à educação infantil.

Divulgar, permanentemente, padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado das instituições de Educação Infantil (creches e pré-escolas) públicas e privadas, que, respeitando as diversidades regionais, assegurem o atendimento das características das distintas faixas etárias e das necessidades do processo educativo quanto a:

- espaço interno, com iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário;
- instalações sanitárias e para a higiene pessoal das crianças;
- instalações para o preparo e/ ou serviço da alimentação;
- ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da Educação Infantil, incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brincar;
- mobiliário, equipamento e materiais pedagógicos;
- adequação às características das crianças com necessidades especiais.

Adaptar os prédios de Educação Infantil de sorte que, em cinco anos, todos estejam conforme os padrões de infraestrutura estabelecidos (BRASIL, 2006d, p. 21-22).

Após cinco anos do lançamento da PNE, o Ministério da Educação em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB) elaboram os *Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (2006)*. Uma das contribuições deste documento é que ele defende a formação de uma equipe multidisciplinar incluindo profissionais de várias áreas inclusive arquitetos e engenheiros para a concepção dos projetos das futuras creches.

Nessa perspectiva, a concepção do projeto deve ser antecedida de processos participativos que envolvam a comunidade educacional – crianças, professores, funcionários, familiares e, nas unidades públicas de Educação Infantil, as administrações municipais – com vistas a compartilhar os saberes e as experiências daqueles que vivenciam os espaços, além de incorporar a reflexão sobre o perfil pedagógico da instituição pretendida. Esse processo demanda a formação de uma equipe interdisciplinar, que envolva professores, arquitetos, engenheiros, profissionais de educação e saúde, administradores e representantes da comunidade, permitindo que os diferentes saberes e objetivos sejam por eles compartilhados. (BRASIL, 2006, p. 7)

Posteriormente, há considerações neste documento que se dirigem especificamente a arquitetos e engenheiros, os quais são responsáveis diretos pela concepção dos projetos dos espaços físicos das instituições de educação infantil. Conforme pode se observar:

Atuar a partir das orientações definidas pela equipe multidisciplinar.

Atuar para que a arquitetura das unidades de Educação Infantil seja fundamentada na diversidade dos contextos físico-geográficos, socioeconômicos e culturais da comunidade local.

Realizar estudos, pesquisas e projetos de ambientes educacionais envolvendo a localização, a implantação, a avaliação e a reabilitação de edificações.

Considerar e difundir a utilização de recursos materiais e técnicas locais à luz dos conceitos de sustentabilidade, atuando para incrementar a capacidade local no segmento da construção civil.

Considerar que o desenvolvimento de unidades de Educação Infantil inclusivas requer um maior conhecimento sobre o processo de projeto, procurando uma integração entre o usuário, o ambiente construído, o ambiente natural e a metodologia educacional. (BRASIL, 2006, p. 13)

Aqui o documento aborda de uma forma geral que os projetos para creches devem envolver uma relação integrada com o entorno da localidade e defende o emprego seletivo de materiais visando à sustentabilidade. Posteriormente o documento retrata parâmetros para os ambientes físicos das creches destacando o que deve ser considerado importante pra cada um deles. Tomamos como exemplo:

A planta-baixa da Unidade de Educação Infantil (UEI) permite prever o fluxo e as formas de circulação e visualizar as salas de atividades e as áreas de recreação e vivência. A partir da disposição dos ambientes em planta, pode-se perceber a facilidade de interação social entre os usuários.

Quando o espaço permitir a setorização clara dos conjuntos funcionais (sócio-pedagógico, assistência, técnico e serviços), irá favorecer as relações intra e interpessoais, além de estabelecer uma melhor compreensão da localização dos ambientes, facilitando a apropriação destes pelos usuários. Ambientes próximos bem localizados, ordenados, que estimulem a convivência, promovem situações prazerosas e seguras, bem como valorizam a interação pretendida. (BRASIL, 2006, p. 25)

Enfim, com base nesses documentos observa-se que a Legislação Brasileira não somente assegura o direito a uma educação infantil de qualidade na primeira infância, como também tem abordado preocupações com questões relacionadas ao ambiente físico das creches, compreendendo a importância destas para o processo de aprendizado para as crianças. No entanto, na aplicabilidade são encontradas diversas deficiências nessa rede pré-escolar, pois segundo o documento “Política de Educação Infantil no Brasil: relatório de avaliação” tem-se que:

Existem leis e diretrizes que regulamentam a pedagogia da educação infantil, mas o cumprimento delas continua sendo problemático. A causa disso é que nem todos os serviços de educação infantil forma integrados ao sistema educacional brasileiro e reconhecidos como instituições educativas que se encontra estagnado. Conflitos setoriais, limites à capacidade dos municípios e falta de recursos financeiros são considerados fatores que contribuem para tal situação. (BRASIL, 2009b, p. 25)

A seguir nos deteremos em abordar mesmo que de forma breve pouco da realidade da rede brasileira de creches.

2. A CRECHE HOJE

2.1. Questões relacionadas às creches brasileiras

Constata-se que um longo caminho foi percorrido desde as primeiras creches até as atuais. Novas atribuições a essas instituições foram dadas ao longo do tempo. O caráter assistencialista deu lugar ao aspecto pedagógico. Houve uma valorização delas nos documentos constitucionais e o Estado atribuiu a si mesmo a obrigatoriedade em criar condições para o desenvolvimento dessas instituições no país.

Dos anos 70 até hoje, as creches brasileiras tem experimentado uma valorização cada vez maior na sociedade. Isso se deve a pressão de vários movimentos sociais em prol da defesa do direito a educação infantil, estudos cada vez mais aprofundados dos processos sensitivos e cognitivos de crianças pequenas e por fim o processo de urbanização no Brasil a partir da década de 50, que trouxe consigo uma migração cada vez maior de mulheres no mercado de trabalho (GOMES, 2011).

Conforme a LDBEN (1996), é importante ressaltar que a creche é reconhecida como uma instituição voltada para a Educação Infantil, no entanto essa etapa só é complementada quando a criança frequenta a pré-escola. Temos que a Educação Infantil compreende o período de zero aos cinco anos (podendo ser seis anos, conforme a Constituição) que antecedem o Ensino Fundamental. A creche destina-se ao atendimento de zero aos três anos enquanto que a pré-escola busca atender dos quatro aos cinco anos, podendo ser até aos seis anos conforme outros documentos constitucionais.

Devido às creches serem produtos de uma necessidade popular, não só o Estado como também diversos segmentos da sociedade frequentemente tomam iniciativas no sentido de implantá-las em suas localidades. Sendo assim, no contexto brasileiro em pleno século XXI, as creches podem ser agrupadas como *pública e privada*. As públicas podem pertencer às esferas municipal e estadual. Já as privadas podem ser lucrativas ou não lucrativas. Conforme GOMES (2011):

Desde a LDB, as creches vêm sendo incorporadas aos sistemas de ensino municipais. Em 2009, das 43.030 creches, 57% eram municipais, 0,3% estaduais e 42,5% privadas. Os estabelecimentos privados subdividem-se em lucrativos e não-lucrativos, esses últimos organizados em entidades comunitárias, filantrópicas ou confessionais. Com frequência os Municípios recorrem a convênios com essas entidades sem fins lucrativos para ampliar a oferta de creche, por isso uma parte delas é muitas vezes chamada “creches conveniadas”. (GOMES, 2011, p. 4)

Quanto à política de financiamento das creches, a principal fonte de recursos é o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico) que por sua vez é alimentado pelos municípios devido a Constituição Federal.

Por determinação da Constituição, os Municípios devem aplicar, no mínimo, vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento da educação. Dentre essas receitas, a mais importante para muitos municípios brasileiros é o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), cujo aporte para o Fundeb é de 20% do total. Não obstante, há ainda os 5% restantes dessa receita e de outras, como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto sobre Serviços (ISS), que estão fora do Fundeb mas também estão vinculadas à educação e constituem fonte de financiamento das políticas municipais. (GOMES, 2011, p. 5)

No entanto se observa ainda que o financiamento não é suficiente para arcar com a expansão de melhorias no funcionamento de instituições voltadas para a primeira infância.

Na realidade, constata-se a falta de investimentos na educação infantil principalmente em relação à infra-estrutura das creches. Esta precariedade afeta negativamente o atendimento às crianças pequenas e se traduz em desrespeito aos direitos constitucionais das crianças previstos em leis como a Constituição Federal (1988), ECA (1990) e LDB (1996). (CARVALHO; RUBIATO, 2012, p. 31)

Um fato importante a ser mencionado também é a desaceleração populacional do Brasil a partir dos anos 80, a qual também refletiu na redução

de indivíduos na faixa etária de zero á quatro anos. Com a diminuição dessa urgência, a rede brasileira de creches tem uma oportunidade melhor de expandir seus serviços e providenciar uma melhor qualidade para a educação infantil.

Para o problema levantado neste documento, interessa particularmente a redução significativa da população de 0 a 4 anos, que foi de cerca de 5% no período 1980-2005, mas ocorre de forma bastante acentuada um descenso de quase 50% quando projetada para o período (2005-2050). (GOMES, 2011, p. 6)

É também relevante para compreender a realidade brasileira que itens como infraestrutura das creches, qualificação dos professores e outros itens que influem na qualidade da educação infantil apresentam realidades diversas devido a variedades e desigualdades entre as regiões brasileiras.

Em relação às regiões, há que se ter cuidado ao fazer a leitura dos dados. A região Nordeste, que está entre as de maior expansão, tem indicadores de qualidade bastante ruins: o professorado é leigo, ganha menos em relação às outras regiões e os espaços são inadequados. Ou seja, as crianças têm mais acesso, mas isso não significa condições adequadas de oferta. (GOMES, 2011, p. 8)

Quanto à infraestrutura, não existe nenhum estudo ou levantamento que contemple a rede de creches brasileiras na íntegra. Apenas há pesquisas pontuais em determinadas localidades com o objetivo de se compreender determinados aspectos que se restringem à esfera local. No entanto, segundo Côrrea (2003):

Como se sabe, as condições de infra-estrutura [...] especialmente em creches, são bastante precárias se olharmos para o país como um todo, sendo o Sul e o Sudeste regiões com índices um pouco melhores. São Paulo pode ser considerado um estado privilegiado, especialmente a capital, com sua rede de pré-escolas, quando se compara o atendimento com os do nordeste, por exemplo. (CORRÊA, 2003, p. 98)

Por fim, existe um grande problema que é de interesse da Arquitetura Escolar que é a falta de integração entre profissionais dessa área e a equipe pedagógica envolvida na implantação de creches, desrespeitando

assim o estabelecimento de uma equipe multidisciplinar recomendada pelos *Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (2006)*. Isso ocorre porque não há uma conscientização plena da importância do espaço físico no processo da educação infantil.

O governo e a sociedade têm grandes desafios a serem enfrentados na educação brasileira, especialmente no atendimento de crianças de zero a cinco anos de idade. Dentre eles destaca-se: o não reconhecimento da importância do espaço físico para a aprendizagem, a falta de conscientização de que o mesmo constitui-se num importante elemento educativo e a ausência de planejamento voltada para a construção de creches e pré-escolas que respeitem as necessidades de seus usuários. (CARVALHO; RUBIATO, 2012, p. 32,33)

2.2. Relação entre ambiente e pedagogia ao longo da história

Neste tópico, começamos a concentrar nossa área de estudo no espaço escolar e serão retratados aqui exemplos de pensadores ao longo da história que perceberam a importância do ambiente no processo de aprendizagem das crianças.

Como se sabe, desde a antiguidade a transmissão dos valores e do conhecimento ocorre dos pais aos filhos. E é assim que surgiu a noção de aprendizagem e a busca pela melhor forma de transmitir a cultura e é nessa reflexão que o ambiente passa a influenciar esse processo. Ao longo da história, os primeiros pensadores que citaram o espaço como fator estimulante para o aprendizado foram Confúcio e Platão.

Segundo PALMER (2005) Confúcio defendia que a natureza era neutra e com o ser humano não é diferente. Ele perde essa neutralidade a partir da assimilação de valores que poderiam ser bons ou ruins. E este aprendizado depende também de um bom ambiente para a criação de uma criança. Durante certa vez ele recomendou a uma mãe de um de seus alunos a mudança de ambiente para assim poder encontrar um melhor local para criar seu filho (Palmer, 2005). É claro que o espaço a que ele se referia não estava retratando exclusivamente o ambiente construído, mas deve-se reconhecer que

o ambiente físico é um elemento importante na composição do espaço ideal, o qual Confúcio se referia.

Já o filósofo grego Platão em seu livro *A República* afirma que a criança “absorve cada impressão que se lhe queira imprimir” e isto inclui o espaço que a envolve. É por esse motivo que em outra parte da obra ele comenta e ressalta a importância de se ter um controle estrito do ambiente para a criação das crianças, ou seja, a formação de um ambiente educativo favorável (A República, 527, *apud* PALMER, 2005).

Posteriormente, no século XVIII, a partir do movimento iluminista, Jean Jacques Rousseau em sua obra *Da educação* afirma que a criança nasce pura e se torna má devido ao ambiente em que convive. Então a busca por um ambiente favorável é um fator determinante em sua visão para a formação do indivíduo.

Outro pensador foi Johann Pestalozzi (1746-1827) e sua principal contribuição foi o seu conceito de escola que deveria ser vista como a extensão do lar, pois o objetivo era imprimir na mente das crianças de que essa escola era uma segunda casa e assim fornecer segurança e tranquilidade.

Mais tarde Friedrich Wilhelm Froebel (1782-1852), através de estudos chegou à conclusão de que a apreensão do ambiente físico pelas crianças pequenas se dava muito mais pela sensação do que pela razão. Sendo assim, ele idealizou um local cujo ambiente pudesse fornecer exercícios educativos psicológicos constantes para crianças através de brincadeiras e ocupações.

2.3. O movimento das Escolas Novas

Esse movimento surgiu no início do século XIX e perdurou até a primeira metade do século seguinte. Seus principais representantes foram o educador norte-americano John Dewey (1859-1952), os suíços Édouard Claparède (1873-1940) e Adolphe Ferrière (1879-1960), além da médica italiana Maria Montessori (1870-1952).

Dewey assumia uma posição que conforme ele mesmo considerava, era um meio-termo entre o pensamento de Platão e Rousseau. Enquanto este defendia que o indivíduo era o centro da educação, aquele afirmava que a sociedade é que era o centro. Dewey, portanto concluiu com base nisso que o indivíduo só tem seu valor reconhecido dentro de uma sociedade, mas por outro lado para que a sociedade exista é necessário que os indivíduos se façam presentes (ESCOLAS NOVAS, 2008).

Já Claparède realizou pesquisas na área de educação tendo por objetivo colocar em prática os princípios do movimento das Escolas Novas. O maior ponto-chave defendido por ele foi que os ambientes educativos deveriam em tudo contribuir para estimular o pensamento dos aprendizes. Ele justificava isso pelo fato de que o raciocínio seria acionado apenas se ao indivíduo fosse impossível resolver situações através do reflexo.

Por fim, a médica italiana Maria Montessori ficou conhecida como a principal expoente do movimento, devido ao fato de criar um sistema de educação que acabou por ficar conhecido pelo seu nome. O objetivo de sua metodologia é estimular a criança a aprender por si só, isto é, o processo de aprendizagem das crianças deve ser o mais independente dos adultos quanto possível (LAGÔA, 1981, p. 33). Para que isto seja possível é necessário dispor de um ambiente preparado com um instrumental para o desenvolvimento das atividades educativas. Tais exercícios eram ordenados de acordo com o grau de dificuldade e a troca de experiências entre os colegas era estimulada para assim consolidar a assimilação do conhecimento. Além disso, ela defendia a ideia de que a escola deve ser vista como uma segunda casa, uma extensão do lar.

No Brasil, os principais representantes do movimento foram Ruy Barbosa (1849-1923), Anísio Teixeira (1900-1971) e Paulo Freire (1921-1997).

Anísio Teixeira, um dos pioneiros da Escola Nova no Brasil enfatizava que a capacidade de julgamento e o desenvolvimento do intelecto deviam ser os principais objetivos do processo de educação. Outros como Paulo Freire discorrem ainda mais longe e observam a educação como uma ferramenta de transformação e formação de consciência social.

2.4. Elementos da relação entre arquitetura e pedagogia

Considerando a importância do espaço físico no processo de aprendizado, sua influência pode ser positiva ou negativa para ambientação da criança. Partindo desse princípio, podemos extrair subelementos desse espaço que podem contribuir para torná-lo útil e agradável para o processo educacional, como também repulsivo e desconcertante.

Primeiramente, pode-se dizer que os espaços em que a educação se desenvolveu nem sempre foram em um local próprio. Às vezes podia ser na casa de algum aluno ou em ambiente natural etc. Enfim, com o tempo essas aulas passaram a ocorrer em locais fixos e próprios para isso. Aqui entra o conceito de **fixação do local** (FRAGO, 2001). O maior significado da implantação de um edifício próprio para o aprendizado é que este eleva o grau de importância que a educação tem numa sociedade, pois historicamente resultou de um processo em que a educação adquire cada vez mais funções e seu campo de atuação se alarga em todas as áreas, e pelo seu caráter complexo acaba exigindo um local próprio para seu funcionamento. No entanto, pelo mesmo fato de a educação atuar em diversas áreas, esta não fica limitada apenas ao edifício próprio, mas poderá ocorrer em lugares diferentes de acordo com a proposta.

Outra perspectiva a ser vista é a do filósofo francês Michel Foucault que em sua obra *Vigiar e Punir* que estabelece relações de semelhança quanto à organização de escolas, cárceres, quartéis e fábricas (FOUCAULT apud ESCOLANO, 2001, p. 27). Ao analisar estas instituições, ele observa que em todas existe o **aspecto disciplinar**, ou seja, a arquitetura do edifício tem por finalidade facilitar o controle e a vigilância dos indivíduos nela inseridos. Isto foi reflexo da educação tradicional centrada na disciplina que vigorou até o final do século XIX. De acordo com a pedagoga Ellen Borges Barbosa em seu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *Grupos Escolares e Instituições Carcerárias: a arquitetura como controle e disciplinação dos sujeitos – esboços de uma análise Foucaultiana*, (2010) é possível encontrar relações de semelhança entre escolas paulistas da República Velha e as instituições carcerárias. Conforme esse pensamento, entre as características de uma escola que

valoriza o controle e a disciplina, temos os fatos de a edificação sempre possuir um pátio central com uma torre de monitoramento no centro e também a arquitetura apresentar uma rígida simetria. É importante ressaltar que embora o aspecto disciplinar não seja mais o foco da educação contemporânea, ainda sim, ele ainda se faz presente pelo fato de ter deixado significativas contribuições no que diz respeito à orientação da conduta dos alunos inseridos.

As **questões higiênico-sanitárias** também já orientaram o surgimento de instituições educacionais. De acordo com Roberto Segre, os primeiros registros significativos de tal preocupação remontam a Inglaterra na Idade Média em que surgiram as mais antigas universidades do mundo como *Oxford (1096)* e *Cambridge (1209)*. Esses núcleos de educação surgiram devido a dois fatores, o primeiro devido à crença medieval de que a natureza era algo saudável aos estudantes e o segundo se deve a ausência de uma boa infraestrutura nas cidades medievais que se encontravam saturadas com a atividade comercial e carregando consigo condições de insalubridade (SEGRE, 2006). Estas condições tornaram esses núcleos urbanos insuficientes para abrigar a população estudantil e por isso, as instituições educacionais se formaram longe dos núcleos urbanos em sintonia com a natureza. Estas preocupações higiênico-sanitárias permeiam a concepção de projetos arquitetônicos até hoje e com as instituições de ensino não ocorre de maneira diferente. Pode-se notar estas influências do higienismo ao se observar o código de obras de qualquer município.

Qualquer equipamento urbano presente em uma sociedade sempre terá um significado no contexto em que está inserido e sua significância se deve ao fato de que ele existe para atender determinada finalidade (NASCIMENTO, 2012). É por isso que o **papel simbólico** está necessariamente ligado ao edifício escolar. Do ponto de vista da Arquitetura, esta função simbólica está vinculada a **tipologia e partido** da edificação. Para uma melhor compreensão, o papel simbólico compreende o conjunto de valores e significados que o equipamento busca representar em uma sociedade e essa identidade se reflete na forma que a edificação se apresenta com os indivíduos e o entorno. Essa expressividade se manifesta em diversos aspectos arquitetônicos, entre eles a tipologia e o partido do edifício

(NASCIMENTO, 2012). Enfim, um exemplo de função simbólica agregada ocorreu na França após a Revolução Francesa cujo contexto era de ruptura com o Antigo Regime. As construções procuraram seguir os novos estilos e tendências que contrastavam com o Classicismo e o Barroco.

Já a questão da **escala** tem crescido muito em importância nos debates dos educadores contemporâneos. Desde a Idade Média, período em que foram erguidas enormes construções com finalidade religiosa como conventos e catedrais, pode-se observar o impacto que estas edificações causavam no entorno e nos usuários. Eram construções tão imponentes que traziam ao indivíduo a sensação de insignificância diante daquela monumentalidade. Baseando suas ideias nessas preocupações, Maria Montessori foi talvez a que mais fez investigações quanto à escala de um edifício voltado para a educação infantil. Sua maior proposta concretizada foi a Casa das Crianças em Roma que não se tratava simplesmente de abrigar e educar crianças, mas continha todo um instrumental e mobiliário voltado para as dimensões de uma criança (NASCIMENTO, 2012).

A preocupação com o **programa de necessidades** do espaço escolar surgiu a partir do momento em que a atividade educacional passou a ter um local fixo para seu exercício. Como na antiguidade o espaço destinado à aprendizagem não ocorria em um lugar próprio, logo não havia preocupação em planejar espaços para dar suporte a esse ensino. No entanto, à medida que a importância da educação foi sendo cada vez mais percebida nas sociedades, surgiam edifícios próprios para o ensino escolar e assim houve um aumento na complexidade com que se concebiam os projetos desses edifícios. Então com a necessidade de se projetar outros espaços que dessem suporte as atividades escolares tornou-se indispensável a adoção de um programa de necessidades (NASCIMENTO, 2012).

A **organização do espaço dentro da sala** também foi objeto de estudo de Maria Montessori. Naquele contexto a educação tradicional centrada na disciplina vigorava nos centros educativos. Como reflexo desse sistema, as carteiras eram fixas no solo, ficavam dispostas em fileiras para a direção do professor que ficava sobre um estrado elevado que lhe conferia o aspecto de

superioridade (NASCIMENTO, 2012). Em seu método, Montessori aboliu a fixação das carteiras e defendeu diferentes disposições no ambiente de acordo com as necessidades propostas. Uma das sugestões de Montessori para determinadas atividades educacionais foi a substituição de carteiras por mesas redondas que abrigariam cada equipe de alunos envolvidos no trabalho e também que cada uma dessas equipes dispusesse de um quadro negro e um quadro mural para suas atividades, pois tudo isso contribuía para a formação do que ela chamava *ambiente preparado* (PILETTI, 2002).

A localização da escola também deve ser considerada um elemento pedagógico importante. Segundo Agustín Escolano, dependendo do local onde a escola está inserida ela pode ser vista como centro polarizador racionalmente concebido ou como uma instituição marginalizada (ESCOLANO, 2001). É claro que ao se implantar uma escola em determinada área sempre se faz uma avaliação preliminar sobre os possíveis impactos de vizinhança que a futura edificação potencialmente pode produzir. É por isso que quando se fala em localização há outros itens vinculados a ela, tais como a relação do edifício com o entorno e com os usuários. É nessas linhas que é possível avaliar se a escola tem uma relação harmoniosa ou contrastante com o ambiente e a dinâmica ao redor.

Outro fato discutido ao longo de décadas é **a flexibilidade dos espaços** que consiste em projetar espaços escolares multifuncionais e dinâmicos, ou seja, uma sala de aula não precisa ser usada apenas para dar aula, mas também deve dar suporte a outras atividades quando necessário (NASCIMENTO, 2012). Esta busca pela flexibilidade surgiu como reação à educação tradicional em que os espaços concebidos eram utilizados com apenas uma finalidade exclusiva. Com o passar dos anos, o programa de necessidades escolar passou a ser mais complexo e com isso nasce a necessidade de grandes reformas no espaço existente. Devido à dificuldade em adaptar esses espaços de ensino a contemporaneidade, é cada vez mais importante essa preocupação com a flexibilidade dos espaços (NASCIMENTO, 2012).

Por último, mas não menos importante é o **aspecto lúdico** do espaço escolar. Ideias neste sentido foram sugeridas por pensadores como Jean Jacques Rousseau e John Locke (NASCIMENTO, 2012). No entanto, essa ideia se desenvolveu mais no método montessoriano onde os objetos utilizados para fins didáticos eram concebidos para serem utilizados da forma mais intuitiva possível possibilitando ao aluno aprender com naturalidade e por si mesmo. Muitos outros pensadores da educação defendiam o aprendizado com base na utilização desses brinquedos educativos tais como Froebel através do uso de bolas de madeira, cubos, rolos de lã (PALMER, 2005) e Waldorf com seus bonecos que tinham por objetivo auxiliar no desenvolvimento da afetividade entre as crianças. Outros como Pestalozzi afirmavam que o aspecto lúdico era fundamental para que o espaço escolar fosse reconhecido como uma extensão do lar ou segunda casa das crianças (NASCIMENTO, 2012). Já a arquiteta Mayumi Lima vai mais longe e defende a implantação de brinquedotecas junto ao programa de necessidades, pois o objetivo é estimular a imaginação e sugerir situações (LIMA, 1995).

É nesse aspecto que a Arquitetura Temática torna-se fundamental, conforme será visto a seguir.

3. ARQUITETURA TEMÁTICA

3.1. O que é Arquitetura Temática?

Quando se fala em Arquitetura temática, não é algo simples de ser encontrado e estudado, pois é algo que não se limita a produção de um arquiteto ou movimento estilístico arquitetônico de determinada época. Na verdade compreende um conjunto de obras que possuem o aspecto comum de fazerem alusão a algum tema ou referência, seja esta concreta ou abstrata, material ou imaterial. No entanto, a arquitetura tem um caráter subjetivo, ou seja, a uma determinada construção arquitetônica são imputadas várias impressões e significados de acordo com o ponto de vista de cada indivíduo observador. Logo no caso da Arquitetura temática, é possível que alguns percebam mais o teor temático de uma obra do que outros. São devidos a esses fatos que os modelos dessa arquitetura estão espalhados nas produções de vários arquitetos de estilos diferentes e também, não somente entre esses profissionais mais também são existentes na cultura de massa como veremos a seguir. Geralmente quando se examina as obras percebe-se que em grande parte dos casos a opção de se utilizar uma arquitetura temática parte do cliente e raramente do arquiteto. Portanto, a melhor forma de se aprender algo acerca dela é observando alguns exemplos.

3.2. Importância da arquitetura temática para a função pedagógica

Antes de se retratar alguns exemplos desse tipo, é importante entender qual a relação dela com as questões pedagógicas aqui levantadas. Quando se fala em projetar espaços que estimulem a percepção e a apreensão do ambiente pela criança significa que o ambiente deve ser projetado tendo em vista não somente preocupações próprias dos adultos, tais como: questões de segurança, conforto, acessibilidade etc., mas também possibilitar a criança o estímulo à imaginação, vontade de explorar e de descobrir, enfim tornar o ambiente mais interessante e menos monótono. Sendo assim, este trabalho almeja contemplar este objetivo, através da adoção de uma temática infantil no

conceito do projeto proposto. Em outras palavras, um tema infantil para o projeto significa um conjunto de novas possibilidades para ser explorado, o que conseqüentemente traz consigo uma gama de impactos positivos para a futura creche.

Talvez o principal motivo em optar pela adoção de uma arquitetura temática foi fruto de uma busca de modelos de edificações que são atrativas para o público infantil. É claro que os locais de diversão e brincadeiras como parques, ginásios e praças estão no topo das preferências das crianças devido ao que estes podem oferecer. No entanto, fora estes, o que mais prende a atenção das crianças são as construções incomuns que buscam ter relação a algum fato compreendido pelo público infantil, ou seja, algo que não interessa apenas aos adultos. Sendo assim, pode-se trabalhar a Arquitetura em dois aspectos: o externo e o interno. O primeiro está relacionado à impressão que determinada edificação imprime no entorno (vizinhança) e em relação ao observador, no caso a criança. Já o outro aspecto está relacionado à interação do usuário com a construção arquitetônica.

Esta breve análise leva-nos a procurar que tipos de construções causam boas impressões às crianças nos dois aspectos citados anteriormente. Entre vários exemplos, podemos citar algumas construções da Walt Disney Company e outras no estilo popular conhecido como kitsch. Todas elas estão relacionadas com Arquitetura temática.

3.3. Exemplos de arquitetura temática

3.3.1. Algumas obras de Robert Stern

Neste assunto, um dos arquitetos que podem aqui ser explanados é o norte-americano Robert A. M. Stern que merece destaque pelo fato de que durante os anos de 1992 até 2003 foi um dos diretores da Walt Disney Company, período em que sua empresa de arquitetura fez inúmeros projetos de caráter temático para ela.

Primeiramente, é necessário um breve histórico sobre este arquiteto para que se possa compreender melhor seu estilo e suas ideias.

Robert Arthur Morton Stern nasceu em Nova York no ano de 1939 e estudou arquitetura na Universidade de Yale, onde se formou em 1960. É considerado o primeiro arquiteto a utilizar o termo pós-modernismo. No ano que se formou, já passou a exercer a profissão. Durante os anos de 1969 á 1977 manteve parceria com seu sócio John S. Hagmann em um período em que o bairro de Manhattan passava por grandes investimentos em construção civil. Após esse período, ele fundou seu próprio escritório Robert A. M. Stern Associados que conta com mais de 150 funcionários e sua obra se destacou nacionalmente e também transcendeu as fronteiras de seu país. Como era apaixonado pela história da Arquitetura e conhecedor dos grandes estilos históricos escreveu vários livros discorrendo sobre a importância dessas obras para o contexto contemporâneo e lecionou na Universidade de Yale, onde também obteve o mestrado nos anos 80. No início da década de 90 sua empresa foi contratada pela Disney onde realizou inúmeros projetos até 2003. Estas obras até hoje funcionam como referências turísticas

Robert Stern é considerado um dos pioneiros do movimento Pós-modernista que surgiu como reação a simplicidade, ao caráter monótono e ao racionalismo exacerbado das construções modernistas. Stern se designa a si mesmo como um tradicionalista moderno. Isso pode estar ligado ao fato de que na maioria de suas obras ele gosta de empregar elementos clássicos como arcos, abóbadas, frontões, etc. Quando se observa o conjunto final de cada obra , suas construções apesar de contemporâneas sempre acabam possuindo um aspecto semelhante a castelos e grandes construções medievais. Ele constantemente gosta de usar a linguagem histórica para seu projeto como arquiteto. Já como professor é um estudioso da arquitetura pré-moderna. Além disso, é um grande defensor da natureza, pois um de seus pensamentos é que a relação homem-natureza deve ser harmoniosa e o homem não triunfa sobre ela (JUNG, 2005). Isso faz de Stern um arquiteto eclético, cuja obra não se limita apenas ao pós-modernismo.

Entre algumas de suas obras pela Disney, destacam-se a *Walt Disney World Grand Floridian Resort & Spa* na Flórida e a *Feature Animation Building* na Califórnia. A seguir serão expostas algumas características dessas obras.



Figura 01 - Visão geral do Walt Disney World Grand Floridian Resort & Spa (EUA)

Fonte: <http://disneyworld.disney.go.com>



Figura 02 - Salão Interno em uma unidade

Fonte:
<http://disneyworld.disney.go.com>

A figura acima retrata a *Walt Disney World Grand Floridian Resort & Spa* localizada na Flórida e consiste em um grande complexo de Resort que é constituído por seis edificações em forma de castelos. Todas se encontram situadas à beira do lago chamado *Seven Seas*. O Resort conforme se observa no salão interior de um dos edifícios utiliza-se do estilo vitoriano para atribuir uma temática que remete ao início da Idade Moderna. Entre as características desse estilo há uma tendência clara de se valorizar muito a ornamentação arquitetônica e complexidade das formas interiores. Elas buscam expressar o sentimentalismo, a busca pelo passado tradicional e a idealização da beleza.

Outra obra de Robert Stern é a *Feature Animation Building*, na imagem abaixo:



Figura 03 - Fachada Frontal do Feature Animation Building

Fonte: <http://www.ramsa.com>



Figura 04 - Vista aérea do Feature Animation Building em Burbank (EUA)

Fonte: <http://www.ramsa.com>

Este edifício localizado em Burbank na Califórnia funciona como um estúdio de animações para a elaboração de filmes longas-metragens da Disney. Stern buscou atribuir na concepção arquitetônica uma temática voltada para os destinatários de seu projeto. Ao inserir uma forma cônica na fachada frontal do prédio, ele fez alusão ao chapéu usado por Mickey Mouse no filme *Aprendiz de Feiticeiro* lançado pela Walt Disney Pictures. Sendo assim, o emprego do elemento cônico tem um teor simbólico da imagem construída da empresa até então.

3.3.2. Estilo Kitsch

Este estilo conforme o próprio nome empregado para designá-lo já diz, é considerado uma arte de mau gosto pela maioria dos meios acadêmicos. Segundo Abraham Moles (2001) o termo kitsch vem do alemão *kitschen* que significava atravancar, amontoar detritos ou barro nas ruas, em outras palavras aproveitar o velho para fazer o novo. O termo pode ser oriundo também de *verkitschen* que significa vender a ilusão de algo, transmitir como verdadeiro aquilo que é falso etc. Enfim, nos dois casos ocorre a anulação da originalidade. No entanto, é importante lembrar que essa designação foi imposta pelo academicismo do século XIX.

O contexto histórico em que esse estilo surgiu e floresceu de tal forma que passou a ser percebido foi o da Revolução Industrial. Este período contou com vários fenômenos como o êxodo rural e o surgimento de uma sociedade urbana, que com o ritmo de vida das cidades passou a perder sua

identidade própria dando lugar assim a proliferação da cultura de massa. Esse fato somado a necessidade de individualização da sociedade capitalista fez florescer a cultura da personalização, isto é, cada um devido ao ritmo monótono da cidade, passa a produzir uma “arquitetura personalizada”, geralmente em seu lar, garantindo assim a apropriação e individualização do seu espaço (OLIVEIRA, 2013).

Adriana de Oliveira, doutora em História pela Unicamp, realizou pesquisas acerca da influência deste estilo nas casas de bairros goianos e constatou algumas características que podem ser encontradas neste estilo, tais como: o emprego de cores fortes e vivas, os materiais utilizados eram comuns, no entanto com formas e empregos distintos do convencional, se utiliza muito a bricolagem que expressa a ausência de um padrão reconhecido pelas normas técnicas. Enfim, se trata de um estilo popular, é uma arquitetura sem arquitetos (OLIVEIRA, 2013).

Embora o estilo kitsch tenha recebido uma conotação negativa, autores como Dinah Guimarães e Lauro Cavalcanti em seu livro partilhado *Arquitetura kitsch suburbana e rural* de 1982 expõem que ao fazer uma análise desse estilo em algumas casas pesquisadas, notaram que estas não eram simplesmente frutos de uma Arquitetura pré-fabricada, mas que mereciam um estudo mais aprofundado. Sendo assim, dividiram o kitsch em duas esferas: a passiva e a criativa. Segundo esses autores a primeira está relacionada com a imitação de elementos típicos das classes dominantes por parte das camadas em ascensão. A segunda está relacionada com a inventividade do autor, isto é, ocorre a busca por uma concepção singular (GUIMARÃES, CAVALCANTI, 2006, p.41 e 42).

Este estilo merece ser destacado neste trabalho, por contemplar elementos que compõem a essência da Arquitetura temática principalmente sua esfera criativa que foi citada anteriormente. A principal semelhança é a questão da personalização a partir de um determinado tema, isto é, ao se adotar um determinado tema ou gosto, se tem por objetivo a singularidade e a individualidade de uma edificação em relação às demais. A seguir pode-se notar melhor isto, com base nos exemplos que se seguem.



Figura 05 - Vista da Loja Smart Brinquedos em Concórdia (SC)

Fonte:
<http://sobremodaarte.blogspot.com.br>



Figura 06 - Vista de um Conservatório em Anhui na China

Fonte:
<http://site.margaritasemcensura.com>

O edifício retratado na foto à esquerda é uma loja chamada *Smart Brinquedos* e se localiza em Concórdia no estado de Santa Catarina. Através do emprego da arquitetura temática percebe-se a tendência de se criar uma relação de afinidade entre o aspecto visual do prédio e o público infantil. As crianças são o principal alvo dos produtos dessa loja, mas para isso é necessário que a edificação seja atraente no olhar delas. Por isso foram empregadas cores vivas a fachada assume a forma de um castelo no imaginário dos contos de fada.

Já a edificação na imagem à direita foi projetada com a função de conservatório musical e se encontra localizada em Huinan, na província de Anhui, China. Observa-se nessa proposta que o autor (ainda que anônimo) procurou basear-se em características comuns do modernismo tal como a utilização de pilotis criando um pavimento suspenso e empregou a janela em fita que pode ser vista ao redor do pavimento. No entanto, o conservatório substituiu os desenhos retangulares pela forma de um piano e o acesso a esse pavimento se dá através de uma escadaria protegida por uma carcaça no formato de um violoncelo.

3.3.3. Exemplos em Las Vegas

Na cidade, se tratando de exemplos de Arquitetura Temática, o que mais se destaca são as edificações comerciais com enorme significância simbólica que são encontradas ao longo da *strip*, que aqui tem o significado de um corredor ou faixa em que se desenvolve o conjunto urbano de uma cidade. Por isso, esse termo é próprio da cidade que cresce de forma linear.

Sobre essa cidade, o livro *Aprendendo com Las Vegas* cuja autoria remete a Robert Venturi, Denise Scott Brown e Steven Izenour apresenta uma visão diferente em relação à época (década de 60), pois o pensamento acadêmico vigente acerca do projeto era fortemente influenciado por uma visão modernista que defendia o emprego de formas racionais, simples e sem ornamentações na arquitetura. A postura dos autores é redescobrir a arquitetura tendo por base Las Vegas. Por se tratar de uma cidade que surgiu ao longo de uma estrada, no caso a Rota 91, ela carrega em sua arquitetura um caráter predominantemente comercial. Conforme se observa na obra, grande parte da arquitetura de Las Vegas apresenta muito mais preocupação na relação indireta entre os edifícios e a estrada do que propriamente o edifício em si. Geralmente as construções se encontram bem distantes da estrada e a relação destas com os usuários (motoristas de veículos, por se tratar de uma área transitória) se dá através da publicidade vista nos grandes letreiros de néon que ornamentam as fachadas temáticas e também através de grandes totens localizados a beira da estrada com indicações para que o motorista que ali chegue em alta velocidade consiga perceber quais tipos de serviço são oferecidos a ele. Os totens e as fachadas dos cassinos, por exemplo, apresentam uma monumentalidade em relação à edificação em si. Observa-se que embora até então essa arquitetura de caráter publicitário, seja enquadrada pelo modernismo como *feia e banal*, cumpre perfeitamente sua funcionalidade pelo contexto geográfico e comercial em que Las Vegas está inserida.

Em Las Vegas se observa a *arquitetura como símbolo e a arquitetura convencional a que se aplicam símbolos*. A função simbólica nesta última se expressa através das ornamentações aplicadas em uma edificação convencional, o que contrasta com as formas puristas do modernismo. Aqui se

observa uma questão importante na obra que é a crítica ao dogmatismo imposto pelo modernismo acadêmico, pois essa aversão ao caráter decorativo, possibilitou o surgimento da arquitetura como a própria escultura, adotando formas não convencionais isentas de ornamentos. Esta é a função simbólica a cuja aplicação nos referimos no primeiro caso.

Um exemplo que ilustra perfeitamente a arquitetura temática em Las Vegas é o *Luxor Hotel* (imagem abaixo) que apresenta uma temática relacionada ao antigo Egito. Isso pode ser facilmente percebido pelo grande elemento na fachada frontal com a forma de uma esfinge. Além disso, há um enorme totem na forma de um obelisco que é iluminado na parte superior para facilitar a identificação do local em relação às pessoas que transitam pela *strip*. No entanto, embora o volume dos edifícios não tenha tanta importância em relação à comunicação, observa-se nesse caso que o volume piramidal do hotel cria um certo impacto na paisagem, constituindo-se também em um elemento de comunicação visual.

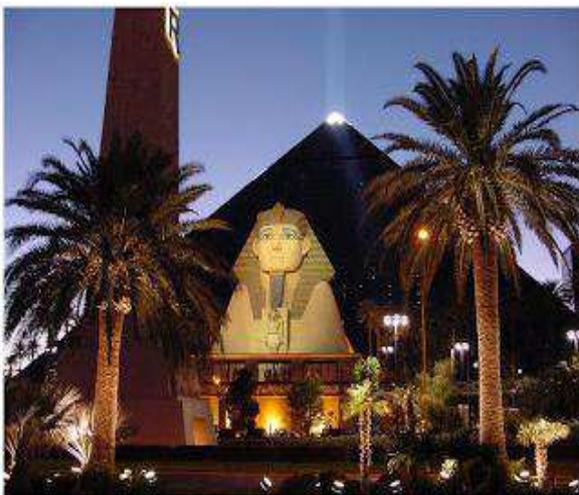


Figura 07 - Vista frontal do Luxor Hotel em Las Vegas

Fonte: <http://cdn.teckler.com>



Figura 08 - Vista frontal do New York Hotel em Las Vegas

<http://aventuras-eua.blogspot.com.br>

Já o *New York Hotel* (imagem acima à direita) apresenta uma temática que faz alusão ao centro urbano da cidade de Nova York e impressiona pela monumentalidade imposta na fachada, o que é típico na arquitetura de Las Vegas. No ponto central da fachada há uma réplica da

estátua da liberdade que embora menor que a original atinge a metade da altura da mesma. O hotel apresenta volumes que lembram a densidade de prédios de arranha-céus em Nova York. No entanto, apresentam uma função muito mais estética que funcional.

Para todas as obras aqui citadas, a arquitetura temática sempre apresentou um objetivo. Algumas buscam obter uma identidade própria ao representar valores culturais de seus detentores. Outras procuram criar uma relação de afinidade entre a arquitetura e a utilização a que estão destinadas. E também há aquelas que utilizam o aspecto temático para criar uma relação de caráter publicitário e comercial para com os potenciais usuários.

Para o projeto proposto para este trabalho, o uso da Arquitetura temática está vinculado à função lúdica que a creche deve possuir por se tratar de um ambiente pedagógico. O objetivo é aproximar a arquitetura da criança através da construção da relação de afinidade entre a edificação e o público infantil. Assim como empregar uma temática infantil numa loja de brinquedos pode incentivar o desejo de uma criança de visitar a loja, a creche temática também pode fazer com que ela se sinta bem na creche.

3.4. Escolha da temática a ser adotada no projeto proposto da creche

Nesta parte, ficará definida para efeitos de projeto a escolha da temática a ser adotada na creche.

Primeiramente, são necessários para definição do tema os seguintes aspectos:

- O tema deve ser algo voltado para o público infantil, já que os usuários principais serão crianças pequenas de 0 a 4 anos. Logo, o tema precisa ser infantil.
- A satisfação de uma criança pode ser assim exposta: *Ter algo e (ou) alguém para interagir. Essa interação geralmente ocorre por meio de brincadeiras. Estas podem ocorrer através do simples ato de conversar com os pais, do assistir televisão, das brincadeiras de*

maneira geral tanto as tradicionais (tabuleiro, esportes etc.) como as mais modernas (games eletrônicos). Portanto, nessa fase da vida, as crianças preferem muito mais brincar e assistir a desenhos na televisão. Isto indica que para escolher um bom tema, ele deve contemplar elementos agradáveis do cotidiano infantil em seu conteúdo, ou seja, extrair o máximo de boas lembranças da infância de qualquer indivíduo.

- Outro aspecto a ser considerado é que o tema ser utilizado deve ter afinidade com uma grande parcela tanto de crianças como adultos, isto é, o tema deve ser um meio termo, entre a geração atual e a geração dos pais, além de não se limitar ao gênero. Para um melhor entendimento, é necessário exemplificar:

Exemplo 01: Por suposição, consideremos que o tema escolhido seja *Barbie*. Uma grande parcela do público infantil feminino adora e dificilmente se encontra alguma menina que nunca ouviu falar nessa boneca. No entanto, embora sua aceitação seja confirmada entre as meninas, não se pode dizer o mesmo dos meninos, pois nessa fase os gostos entre esses dois gêneros são bem distintos. O efeito reverso pode acontecer se for adotado o tema *Ben 10* ou *Max Steel*. Por isso, o tema a ser adotado deve ser um meio-termo entre as preferências entre meninos e meninas.

Exemplo 02: Por suposição, consideremos que o tema escolhido seja *Dora, a Aventureira*. Este tema já é comum entre as crianças dessa faixa etária trabalhada, portanto se trata de uma boa temática. No entanto, ao escolhermos este tema desconsideramos o fato de que na creche coexistirão crianças e adultos, no mínimo duas gerações diferentes. Sendo assim, embora o tema seja perfeito para as crianças, não remeterá em nada a infância dos já adultos. O efeito reverso ocorrerá se for adotado o tema *A Formiga Atômica* ou *Esquilo sem Grilo*. Estes poderão ser lembrados pelos adultos, no entanto dificilmente serão identificados pelas crianças de hoje. Por isso, o tema a ser adotado deve ser um meio-termo entre as gerações dos adultos e das crianças do agora, ou seja, algo que exista a algumas décadas e é vivenciado pela infância atual.

- Outro fato importante é que o tema tenha flexibilidade ao ser utilizado, ou seja, ele deve fornecer várias possibilidades ao ser aplicado na concepção do projeto. Para maior clareza, é bom exemplificar novamente.

Exemplo 01: Por suposição, voltemos ao tema *Barbie*. Para que este tema seja aceito pelo público masculino seria necessário realizar todo um esforço na tentativa de estilizar a personagem ou *masculinizá-la* para que se identifique com os meninos. Mas ainda que isso acontecesse, a personagem perderia sua essência como produto destinado a meninas. É como se a imagem construída durante décadas fosse violada. Fatos semelhantes aconteceriam se a empresa *Pampers* buscasse entrar no ramo de transportes, implantando uma rede de táxis ou a *Coca-cola* resolvesse fabricar uma linha de papéis-higiênicos. É por isso que o tema a ser escolhido deve ser versátil, possibilitando várias formas de explorá-lo, sem, no entanto perder sua identidade cultural.

Partindo dessas considerações e também de experiências próprias de infância do autor, muitos são os temas que se enquadram na proposta, no entanto o que melhor se encaixou foi o tema *Super Mario & turma*. A seguir será analisado este tema a partir das considerações anteriormente levantadas.



Figura 09 - Mario e outros personagens da série em *Game & Watch Gallery 2*, 1997

Fonte: <http://supermariowiki.com>



Figura 10 - Mario em *Super Mario 3D World*, 2013

Fonte: <http://supermariowiki.com>

Inicialmente para quem não conhece *Super Mario* é uma franquia criada pela Nintendo Company em 1985. Em um contexto de crise econômica que afetou o mundo dos videogames em 1983, se fez necessário a implementação de novas ideias na elaboração de games para assim despertar o interesse do mercado consumidor para esse ramo.

O primeiro console a ser vendido em massa foi o Atari 2600 em 1978. No entanto, o ramo de videogames era ainda um negócio novo e por isso os executivos não sabiam ao certo como direcionar os novos rumos do mercado nessa área. Assim as vendas começaram excelentes, porém chegou um momento em que o consumo ficou saturado e assim começou a crise. Com este abalo econômico algumas empresas deixaram de investir nesse ramo. Por esta razão foi necessário buscar novos rumos para o setor e é isso exatamente o que a Nintendo resolveu fazer. Neste período surgiram séries ainda hoje conhecidas como *Super Mario*, *Zelda* e *Metroid*. Entre estas a série Super Mario foi a que mais se destacou chegando sozinha a vender 40 milhões de cópias no mundo, o que foi fundamental para salvar o mundo dos videogames e tornar a Nintendo a líder mundial desse mercado até o fim da década de 90.

Os motivos que levaram a escolha desta temática foram:

Primeiramente é importante compreender que *Mario*, o protagonista da série é um encanador que salva a vida da princesa de apuros ocasionados por Bowser, o antagonista da mesma série. O fato de ele ser um herói e em suas aventuras não se utilizar de métodos violentos (pelo menos não explicitamente) o torna um ícone do comportamento *politicamente correto*, o qual acaba através desse personagem se difundindo entre o público infantil. A busca pelo bom, pelo altruísmo é uma atitude desejada para a formação individual das crianças.

Embora muitos pensem que *Super Mario* é de origem norte-americana, na verdade se origina no Japão. Ao se observar a cultura japonesa, percebe-se que a sua marca principal é a moralidade que é repassada através de suas manifestações culturais e no caso desse game não é diferente, pois é essa é a causa da série *Mario* permanecer sem a necessidade do controle de censura em seus jogos até hoje.

Um dos principais motivos que podem justificar o sucesso da série *Mario* atualmente é o fato de desde sua criação em 1985 o personagem não ter sofrido um aprofundamento psicológico, o que o torna bastante flexível ao ser empregado em diferentes estilos de jogos. Curiosamente pode-se observar que a Nintendo Company (criadora da série) busca constantemente vincular a identidade do personagem e da série ao cotidiano do público infantil que atravessa uma fase em que é necessário estudar, mas também descobrir o mundo e interagir com outros através de brincadeiras.

Ao se observar games como as séries esportivas de *Mario*, temos que em cada uma há a preocupação de se passar um conhecimento dependendo de cada jogo. Nas séries *Mario tennis* o jogador apreende conceitos básicos desse esporte tais como as regras de pontuação, diferentes tipos de raquetadas, algumas técnicas básicas etc. Seguem os mesmos princípios os jogos *Mario Superstar Baseball*, *Mario Golf*, *Mario & Sonic in the Olympique Games & Winter Games*. Indivíduos que nunca tiveram noções desses esportes conseguem aprender rapidamente tais conceitos nesses jogos.

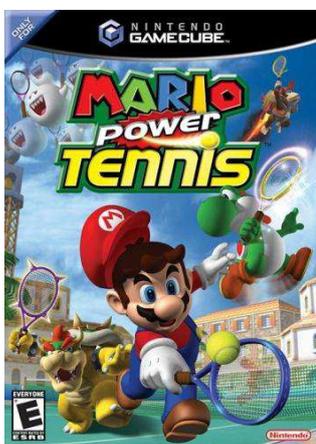


Figura 11 - Capa do game Mario Power Tennis lançado em 2003

Fonte:
<http://supermariowiki.com>

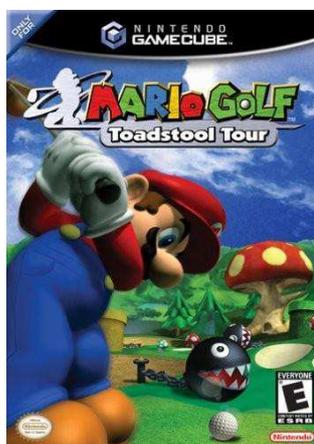


Figura 12 - Capa do game Mario Golf Toadstool Tour lançado em 2003

Fonte:
<http://supermariowiki.com>

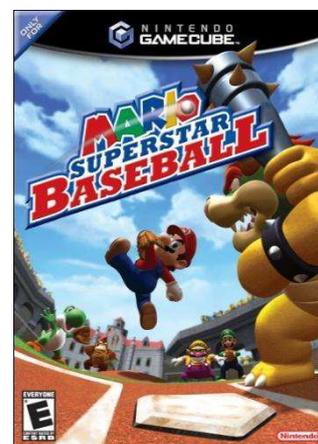


Figura 13 - Capa do game Mario Superstar Baseball lançado em 2003

Fonte:
<http://supermariowiki.com>

Outros jogos possuem uma finalidade educativa, games como *Mario Paint* tendem a auxiliar a criança a exercitar a coordenação motora, visto que o objetivo é o desenho, isso em uma época que o Paint do Windows estava dando os primeiros passos. Em *Mario's Time Machine*, é possível aprender conceitos de história, já que Mario é um viajante no tempo e precisa fazer missões em diferentes épocas, necessitando compreender os fatos históricos de cada uma delas para assim progredir no game. Em *Mario's Early Years! Fun with Numbers*, o objetivo é aprendizagem das operações básicas da matemática (adição, subtração, multiplicação e divisão). Já em *Mario's Early Years! Fun with Letters*, a finalidade é completar vocábulos através da adição de letras. Em *Mario is Missing*, o jogador precisa coletar artefatos em vários lugares do mundo e em cada local acaba aprendendo um pouco dos principais pontos turísticos por aonde vai. São por esses e outros jogos que a série *Mario* mostra proporcionar não apenas entretenimento, mas também conceitos educativos.



Figura 14 - Capa do game Mario's Time Machine lançado em 1993

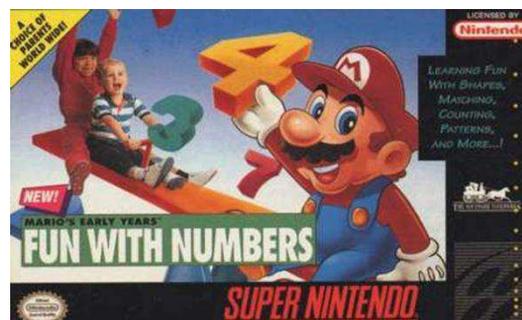


Figura 15 - Capa do game Mario Early Years Fun with Numbers lançado em 1993

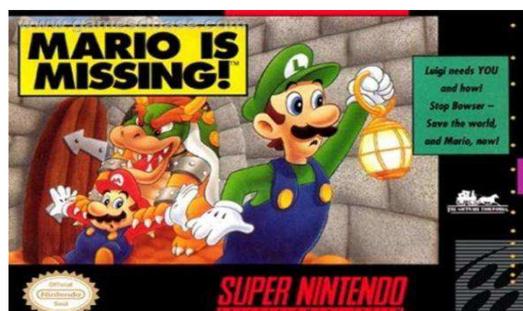


Figura 16 - Capa do Game Mario is Missing lançado em 1993

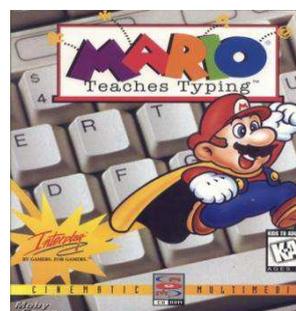


Figura 17 - Capa do Game Mario Teaches Typing lançado em 1991

Outras considerações acerca desse tema serão explanadas a seguir:

- O tema demonstra adequação ao público infantil, pois possui um enredo simples, isto é, a princesa é capturada por um vilão e Mário precisa atravessar vários níveis para salvá-la. Os cenários em geral são coloridos e fantasiosos, as trilhas sonoras são alegres e a indicação dos jogos para o público é livre ou no máximo a partir dos três anos de idade.
- A temática deve remeter a lembrança de uma infância feliz e a série *Super Mario* cumpre esse papel quando aborda em alguns de seus jogos práticas esportivas, jogos de tabuleiro, fazer desenhos, tocar notas musicais etc.
- É um tema que apresenta um público misto, ou seja, atrai o gosto tanto de meninos com de meninas. Além disso, é algo que existe desde os anos 80, ficando popular principalmente entre os videogames e sua influência perdura até a infância de hoje. Existe tanto na geração antiga como atual.
- Por último, esse tema fornece muitas possibilidades de aplicação, pois possui uma grande quantidade de personagens e cenários para diversos gostos. Além disso, o fato de o personagem *Mario* não ter um perfil psicológico aprofundado torna-o um ser multidimensional e isso tem ajudado a Nintendo a criar diversos jogos com estilos diferentes envolvendo o personagem. Você pode jogar *kart*, *golfe*, *tênis*, *futebol*, *tetris*, *dança etc.*, tudo isso sem sair do universo de Mário. Enfim, essa flexibilidade de gêneros se traduz em viabilidade na hora de se adaptar o tema à proposta escolhida que no caso é a elaboração de um projeto de uma creche temática.

4. DEFINIÇÕES PARA O ANTEPROJETO NESTE TRABALHO

Este trabalho tem por objetivo a elaboração de um estudo preliminar de uma creche com arquitetura temática que atenderá crianças de 0 a 4 anos. Legalmente, a creche atende crianças de 0 a 3 anos, conforme a LDBEN/96, no entanto, aqui se optou por estender o atendimento até os quatro anos, que é um período de transição para a pré-escola. A creche será de iniciativa particular, planejada para atender à capacidade máxima de 100 crianças, caracterizando-se, deste modo, como uma creche de médio porte. Essa decisão foi influenciada pelo fato de o bairro selecionado apresentar um adensamento populacional regular.

A creche proposta será implantada em uma área ociosa, localizada no bairro COHAB-Anil IV, em São Luís, tendo por finalidade amenizar a carência desse serviço no local e em suas redondezas. Além disso, procura-se demonstrar, também, por meio da arquitetura temática, como é possível uma aplicação prática do projetar com um sentimento infantil.

4.1. Considerações iniciais

A creche proposta tem por objetivo conciliar diversos aspectos já mencionados nos capítulos anteriores dentro da relação entre arquitetura e ambiente de ensino, entre os quais destacam-se:

- a fixação da creche no espaço proposto alimenta a valorização que a educação carrega em uma determinada sociedade;
- a inserção do aspecto disciplinar na arquitetura da creche de certa forma influencia positivamente o funcionamento da creche, no sentido de dificultar o desenvolvimento deliberado de conduta inadequada por parte da equipe de funcionários;
- as preocupações higiênico-sanitárias presentes nessa proposta tendem a tornar o ambiente salubre e, conseqüentemente, favorecer o processo de aprendizado;
- o papel simbólico aliado à tipologia da edificação atribui à creche proposta um caráter *singular* ao bairro;

- a escala adotada na proposta busca aproximar a arquitetura da criança sem, contudo, esquecer do público adulto, representado pelos funcionários da instituição;
- o programa de necessidades busca através da gama de ambientes abranger o máximo possível de funcionalidades em uma creche;
- os ambientes foram concebidos de modo a viabilizar variadas formas de organização do espaço, principalmente, nas salas de aula, tendo em vista que isso é necessário para o desenvolvimento das atividades pedagógicas;
- a localização da creche é de fácil acessibilidade, o que contribui para que ela se torne um centro polarizador do processo educacional;
- a forma como a creche se configura possibilita que, eventualmente, possa haver mudanças nas disposições de determinados ambientes, o que nos remete ao conceito de flexibilidade dos espaços;
- a presença do aspecto lúdico na creche proposta é importante no sentido de criar uma relação de afinidade entre a criança e o espaço em que ela se encontra inserida, o que é um fator favorável ao processo de aprendizado;
- as soluções de conforto térmico, acústico e lumínico também foram objetos de preocupação da proposta, pois são de fundamental importância no processo educacional.

4.2. Justificativas específicas acerca da escolha do terreno e do bairro no anteprojeto

O terreno e o local em que este se encontra inserido, apresentam condições topográficas e fatores geográficos favoráveis à implantação da creche proposta. Algumas dessas condições são:

- carência de uma creche nas redondezas, visto que, embora historicamente o bairro tivesse uma creche pública, esta foi transformada em um asilo comunitário na década de 90;

- constância da demanda por esse serviço na área, sendo comum pais residentes no bairro trabalharem próximo à zona urbana central e terem de deixar seus filhos em creches localizadas ao longo do seu trajeto de casa ao trabalho;
- inexistência de uma creche com arquitetura temática na cidade. É comum encontrar creches com nome de personagens infantis, mas nunca com arquitetura inspirada no personagem. Além disso, o tema escolhido não é empregado em local algum da cidade, o que concede à creche proposta o *status* de única;
- a área total a ser utilizada permite a viabilização da creche proposta;
- o terreno se encontra no cruzamento de duas avenidas, sendo que uma delas é a Avenida Braulino de Carvalho, corredor principal da COHAB Anil IV, o bairro proposto. Como já foi dito anteriormente, trata-se de um local de fácil acessibilidade;
- a legislação urbanística do local não permite a construção de uma edificação a partir de quatro pavimentos. Na creche proposta, existe a preocupação de se dispor todos os ambientes em um único pavimento que é o térreo, o que torna essa ideia viável;
- por se tratar de um bairro com economia periférica, a COHAB Anil IV não apresenta uma atividade comercial intensa e ainda é um bairro misto, com função residencial, comercial e institucional;
- o conjunto das COHABs, devido à variedade de atividades que nele se desenvolvem, tornou-se uma região quase completa estruturalmente. Assim, a maioria dos serviços demandados por sua população podem ser prestados na própria localidade. Por isso, a implantação de uma creche nessa área não só contribui para uma maior multiplicidade de serviços no bairro, como também a própria creche a ser implantada poderá se beneficiar com a gama de serviços oferecidos no bairro.

4.3. Localização e Implantação

A creche a ser implantada localiza-se em um terreno ocioso no bairro da COHAB Anil IV, em São Luís. O terreno está situado na esquina da Avenida Braulino de Carvalho (corredor principal do bairro) com a Avenida 02, o que imputa ao local proposto a facilidade de acesso. A proximidade com o Terminal de Integração da região também pode ser considerado um fator relevante para a acessibilidade.



Figura 18 - Vista aérea do Terreno a ser utilizado

Fonte: Google Earth, 2014.

As imagens abaixo fornecem melhores detalhes sobre a área.

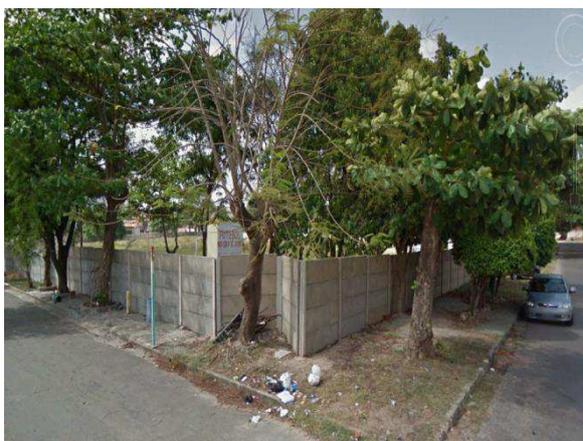


Figura 19 - Vista do terreno na esquina entre a Av. Braulino e a Av. 02

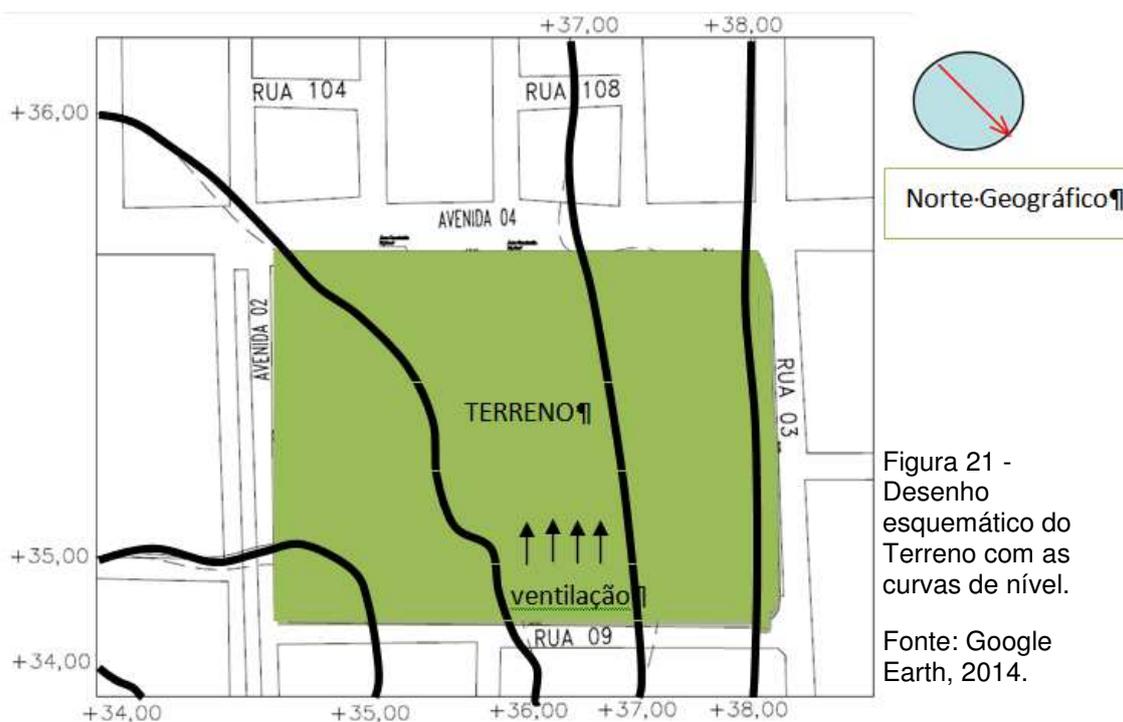
Fonte: Google Earth, 2014.



Figura 20 - Vista do terreno na esquina entre a Av. 02 e a Rua 09

Fonte: Google Earth, 2014.

O terreno escolhido para a proposta é ligeiramente plano com uma altitude média de 37 metros em relação ao nível do mar, apresentando o ponto mais baixo por volta dos 34 metros e o ponto mais alto por volta dos 38 metros, conforme se observa na figura a seguir:



Considerando que o terreno proposto situa-se na Zona Residencial 5 (ZR5), alguns aspectos estabelecidos na legislação urbanística da cidade (SÃO LUÍS, 1992), sobre a referida Zona, merecem ser destacados:

Art. 24 - Os usos permitidos e proibidos na Zona Residencial 5 estão definidos na tabela anexa à presente Lei.

Art. 25 - Os lotes resultantes dos novos parcelamentos são fixados e disciplinados pelas seguintes normas:

I. Área mínima do lote igual a 250,00 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados);

II. Testada mínima do lote igual a 10,00 m (dez metros).

Art. 26 - Os novos parcelamentos nesta Zona deverão obedecer à tabela anexa à presente Lei.

(...)

Art. 27 - As ocupações dos lotes pelas edificações ficam disciplinadas pelas seguintes normas:

- I. Área Total Máxima de Edificação (ATME) igual a 150% (cento e cinquenta por cento) da área do terreno;
- II. Área Livre Mínima do Lote (ATME), igual a 40% (quarenta por cento) da área do terreno;
- III. Afastamento frontal mínimo igual a 3,00 m (três metros);
- IV. Gabarito máximo permitido igual a 03 (três) pavimentos. (SÃO LUÍS, 1992, p.88)

Agora observemos alguns dados da creche proposta, adiantando a informação de que o terreno não será utilizado em sua totalidade e que durante o processo de implantação da edificação fazem-se necessárias algumas mudanças nas curvas de nível para uma melhor adequação topográfica.

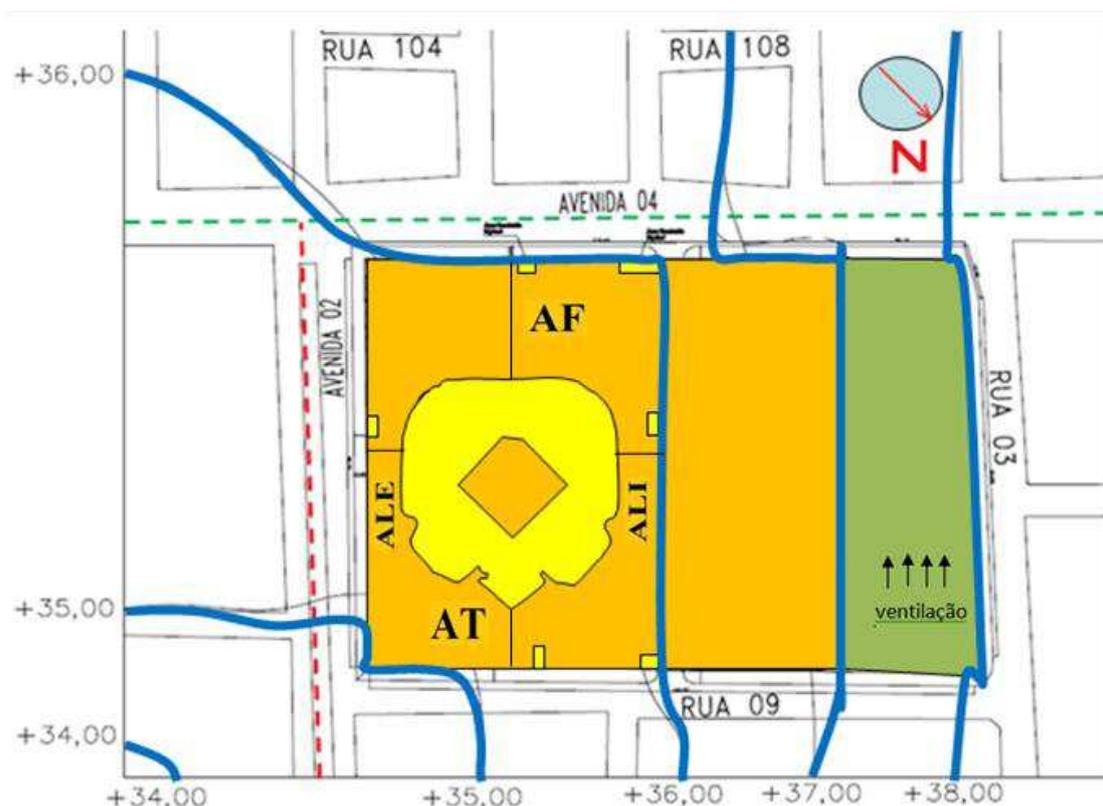


Figura 22 - Desenho esquemático do Terreno com seus afastamentos

Fonte: BRAZ, 2014.

TABELA DE ÁREAS

	ÁREA DO TERRENO	14.966,89m ²
	ÁREA A SER UTILIZADA	10.511,62m ²
	ÁREA CONSTRUIDA	1.956,34m ²
	ÁREA LIVRE	8.555,28m ²
	ÁREA TOTAL	10.511,62m ²

TABELA DE AFASTAMENTOS

AFASTAMENTO FRONTAL	30,66m
AFASTAMENTO LATERAL EXTERNO	11,54m
AFASTAMENTO LATERAL INTERNO	8,85m
AFASTAMENTO TRASEIRO	12,14m

4.4. Conceito Arquitetônico

O ponto de partida para o desenho desta creche, conforme mencionado anteriormente, foi baseada na cabeça do personagem *Mário Bros*, razão pela qual a creche será chamada *Super Mário & Cia*. Na planta baixa observa-se um equilíbrio harmônico no desenho, pois o objeto de inspiração dessa proposta também uma simetria bilateral.

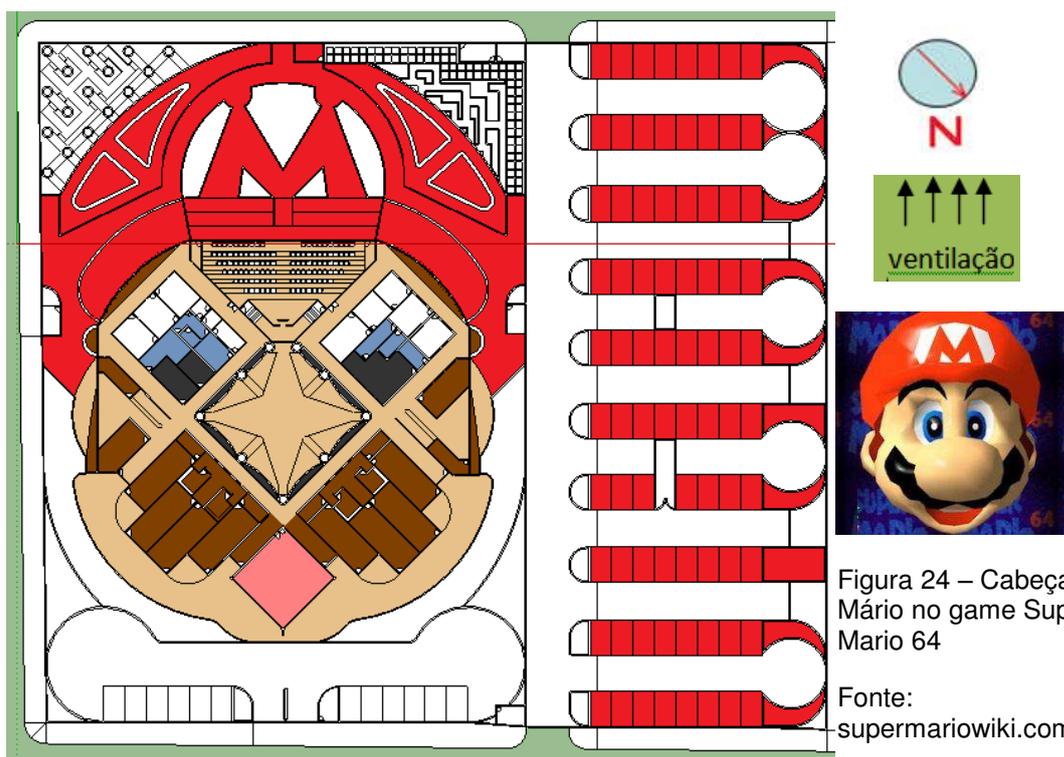


Figura 23 – Concepção arquitetônica a partir do personagem Mário

Fonte: BRAZ, 2014.

4.5. Setorização

Para efeito de estudo, a creche dividiu-se em 05 unidades:

- Unidade Administrativa e de Apoio;
- Recepções;
- Auditório;
- Unidade de Atividades e Lazer;
- Unidade de Serviço.

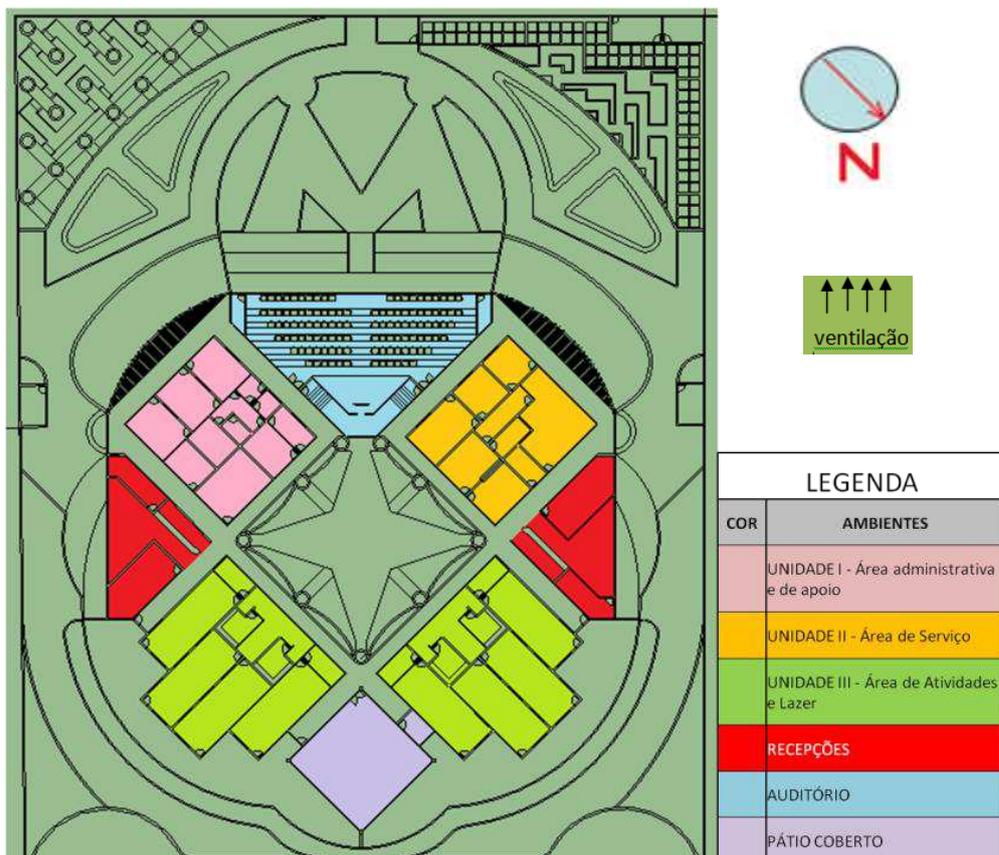


Figura 25 – Setorização da creche Super Mário & CIA

Fonte: BRAZ, 2014.

No programa de necessidades descrito, logo em seguida, serão abordados os ambientes devidamente distribuídos em seus setores.

4.6. Programa de Necessidades

Para a elaboração deste programa foram consultadas diversas fontes, tendo em vista não apenas o que precisa existir em uma creche mas também contempla pré-dimensionamentos dos ambientes constituintes. Entre tais documentos, foram consultados principalmente a Portaria 0321 GM/MS de 1998 e o Manual de Elaboração de Creches no Estado do Rio de Janeiro, que embora tenha influência limitada à esfera estadual, apresenta conceitos que são válidos para todos os projetos de instituições voltadas para a infância.

Conforme se estipulou anteriormente, a instituição a ser concebida deverá ter a capacidade de atender a, no máximo, 100 crianças, o que caracteriza uma creche de médio porte.

Para a definição do pré-dimensionamento de cada ambiente é necessário considerar três grupos de crianças: Grupo A (0 a 1 ano) – corresponde a 50% da demanda, Grupo B (1 a 2 anos) – corresponde a 20% e Grupo C (2 a 4 anos) – corresponde a 30% (Portaria 321/88 - Ministério da Saúde).

4.6.1. Unidade Administrativa e de Apoio

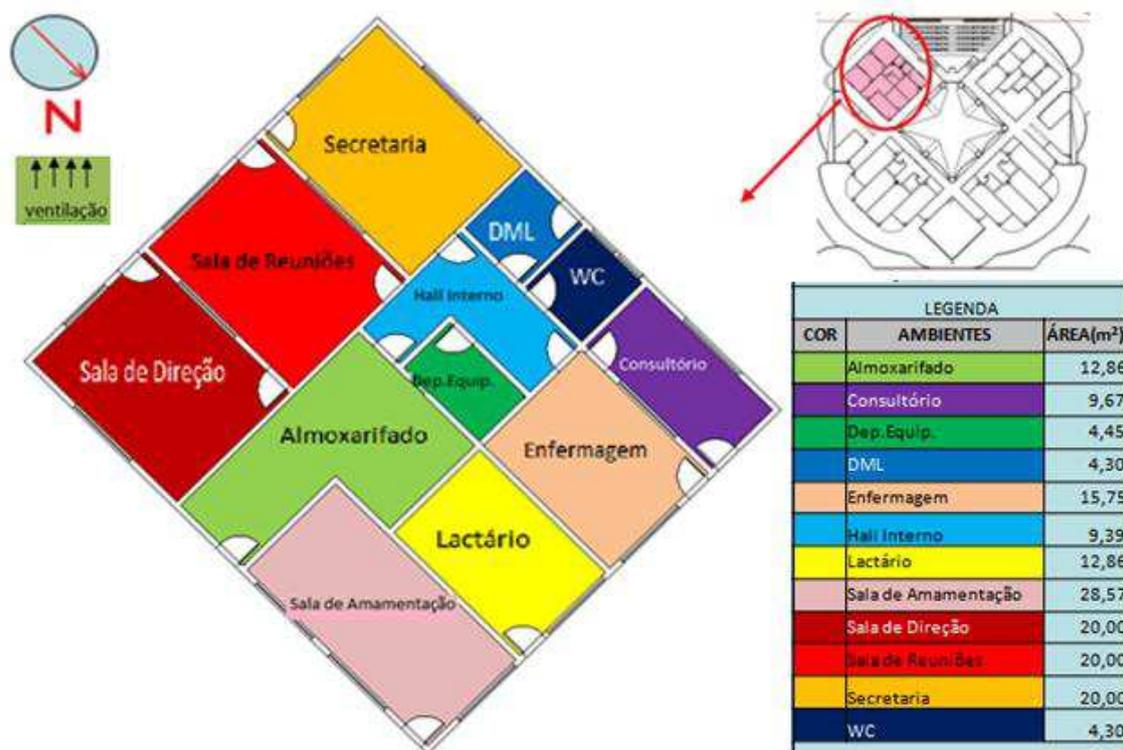


Figura 26 – Disposição dos ambientes na Unidade Administrativa da creche Super Mário & CIA
Fonte: BRAZ, 2014.

Entre os ambientes constituintes deste setor, temos:

- **Almoxarifado** - área mínima de $0,40\text{m}^2$ por criança dos grupos A, B e C (Portaria 321/88). Sendo assim, sua área será $0,4 \times 100 = 40,00\text{m}^2$;
- **Consultório** - sua área mínima será $9,00\text{m}^2$ (Portaria 321/88);
- **Enfermaria de Observação** - previsão de 1 berço para cada 25 crianças do grupo A e 1 leito para cada 25 crianças dos grupos B e C. A área mínima deve ser calculada atendendo à proporcionalidade de $2,50\text{m}^2/\text{berço}$ e $3,50\text{m}^2/\text{leito}$ (Portaria 321/88). Para 50 crianças do grupo A são necessários 2 berços e para as outras 50 dos grupos B e C são necessários 2 leitos. Além disso, é necessário 1 banheiro de $3,00\text{m}^2$. Logo, sua área total será $2 \times 2,5 + 2 \times 3,5 + 3 = 15,00\text{m}^2$;
- **Sala de Amamentação** - para efeito de cálculo da área da sala deve ser previsto $1,20\text{m}^2$ por criança do grupo A, em fase de amamentação. Considerando-se para sua utilização o revezamento das mães que amamentam, a sala deve possuir área capaz de atender a 30% do total de crianças desse grupo etário e deve conter lavatório (Portaria 321/88). Sendo assim, sua área será $50 \times 0,3 \times 1,20 = 18,00\text{m}^2$;
- **Lactário (0 a 2 anos)** - uma área mínima de $0,20\text{m}^2$ de construção por criança do grupo A e B (Portaria 321/88). Sendo assim, sua área será $0,2 \times 50 + 0,2 \times 20 = 14,00\text{m}^2$;
- **Fraldário (0 a 2 anos)** - uma área mínima de $0,45\text{m}^2$ de construção por criança do grupo A e B (PROAP-RIO). Sendo assim, sua área será $0,45 \times 50 + 0,45 \times 20 = 31,50\text{m}^2$;
- **Hall Administrativo Interno** – uma área mínima de $9,00\text{m}^2$;
- **WC Administrativo** – optou-se por uma área mínima de $4,00\text{m}^2$;
- **Secretaria (registro, tesouraria, comunicação, arquivo, contabilidade, pessoal, compras)** - $0,20\text{m}^2$ de construção por criança (Portaria 321/88). $0,2 \times 100 = 20\text{m}^2$;
- **Sala de Coordenadoria e Direção** - área mínima de $10,00\text{m}^2$ ou $0,20\text{m}^2$ de construção por criança (Portaria 321/88). Sendo assim, sua área será $0,2 \times 100 = 20\text{m}^2$;
- **Depósito de Equipamento** – destinado à guarda de aparelhos, equipamentos e acessórios de uso didático. Nas creches de médio e

grande porte deve ser previsto um local específico para a guarda do material didático, com área mínima de **2,00m²** (Portaria 321/88);

- **Sala de Reuniões** - nas creches de médio e grande porte deve ser prevista uma sala específica para reuniões, com área mínima de **20,00m²** (Portaria 321/88).
- **Depósito de Materiais de Limpeza (DML)** – uma área mínima de **1,00m²** (Portaria 321/88).

4.6.2. Unidade destinada a Recepções

Na creche haverá duas recepções, uma voltada para crianças do grupo A (0 a 1 ano) e a outra é voltada para os grupos B e C (1 a 4 anos). Portanto, os ambientes constituintes que se seguem serão duplicados.

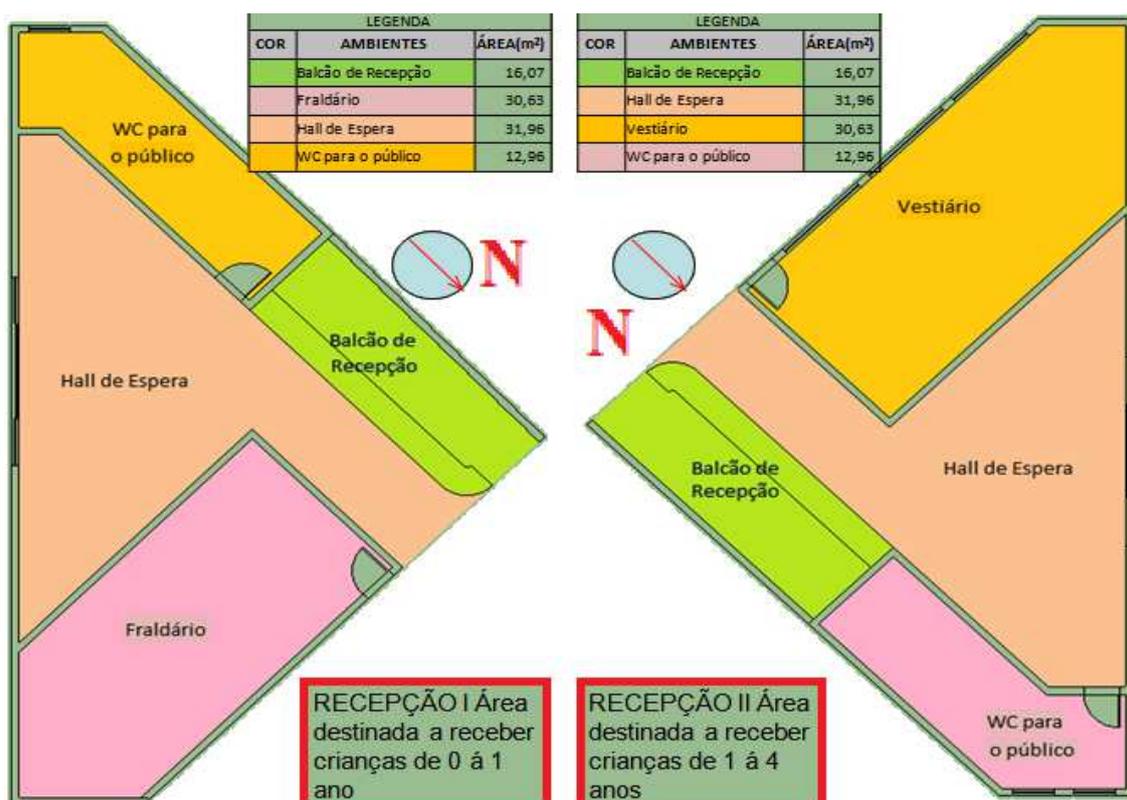


Figura 27 – Disposição dos ambientes na Unidade destinada às Recepções da creche Super Mário & CIA

Fonte: BRAZ, 2014.

- **Hall/Sala de Espera** - $0,20\text{m}^2$ de construção por criança (Portaria 321/88) - $0,2 \cdot 100 = 20\text{m}^2$ / por recepção;
- **WCs para o público** - nas creches de pequeno porte a área mínima deve ser de $2,00\text{m}^2$ por sanitário, comportando um vaso sanitário e um lavatório (para cada sexo); nas creches de maior porte o número de peças deve ser aumentado de acordo com o número de usuários da instituição (Portaria 321/88). Portanto, se para 50 crianças são necessários $2 \cdot 2 = 4\text{m}^2$, então para 100 crianças são $2 \cdot 4 = 8\text{m}^2$ / por recepção.

4.6.3. Unidade destinada ao Auditório

- **Auditório e Múltiplas Atividades** - para creches de médio e grande portes, deverá ser incluído local específico para auditório e múltiplas atividades, com área mínima de $2,00\text{m}^2$ de construção por criança (Portaria 321/88). Sua área será $2 \cdot 100 = 200\text{m}^2$ (áreas de WC, palco e camarim já inclusas). A capacidade deverá ser de 120 lugares.

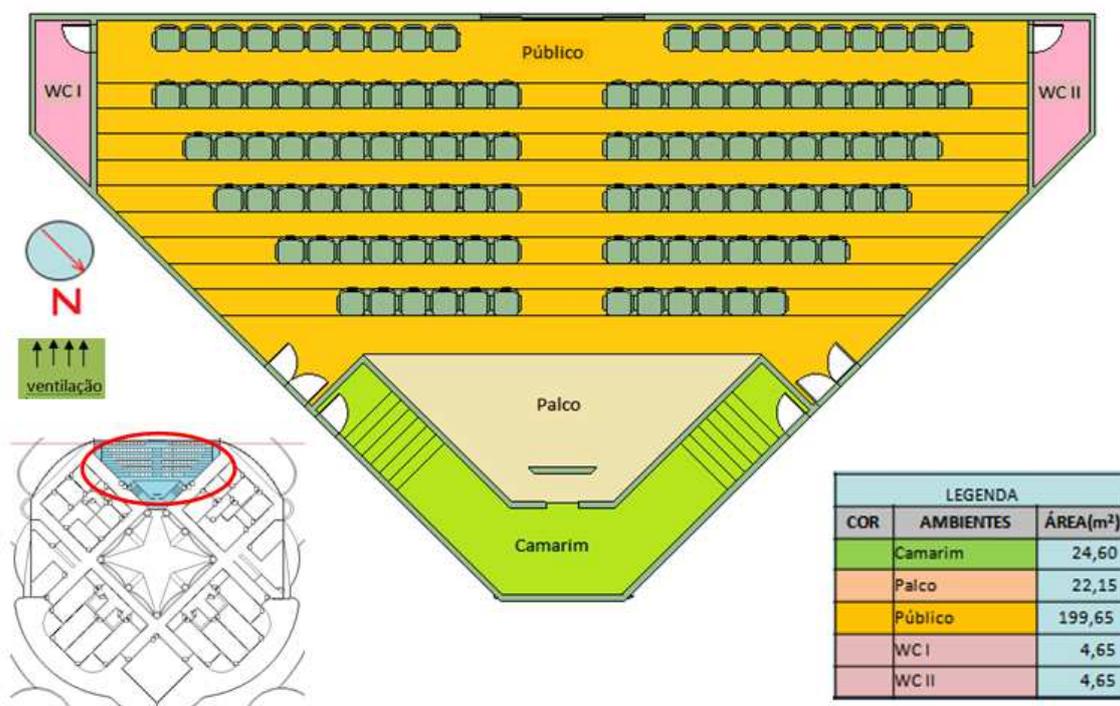


Figura 28 – Disposição do Auditório da creche Super Mário & CIA

Fonte: BRAZ, 2014.

4.6.4. Unidade de Atividades e Lazer

Essa unidade é constituída de 02 blocos. Um destinado a crianças do grupo A (0 a 1 ano) e outro destinado a crianças dos grupos B e C (1 a 4 anos).

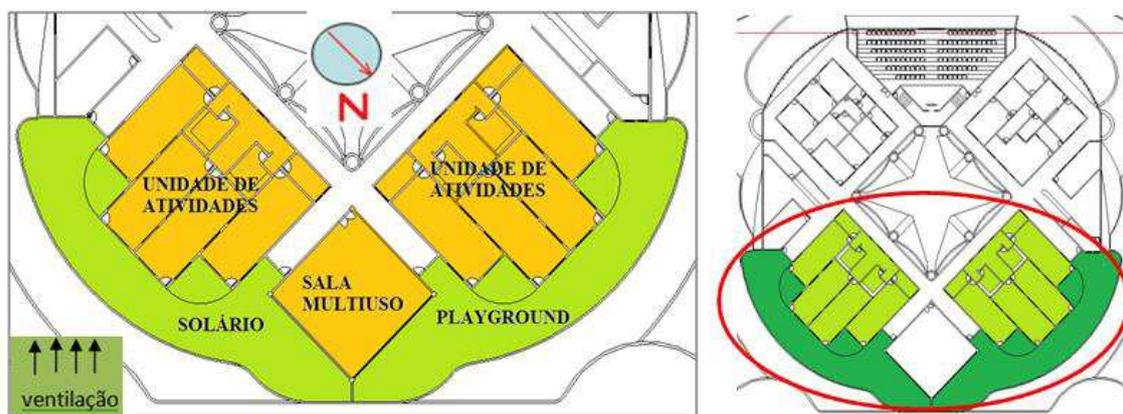


Figura 29 – Visão geral da Unidade de Atividade e Lazer da creche Super Mário & CIA

Fonte: BRAZ, 2014.

O bloco destinado às crianças do grupo A possui as seguintes áreas:



Figura 30 – Disposição dos ambientes no Bloco de Atividade e Lazer destinado a crianças menores da creche Super Mário & CIA

Fonte: BRAZ, 2014.

- Já o bloco destinado às crianças dos grupos B e C apresenta as seguintes áreas:



Figura 31 – Disposição dos ambientes no Bloco de Atividade e Lazer destinado a crianças maiores da creche Super Mário & CIA

Fonte: BRAZ, 2014.

As áreas a seguir estão pré-dimensionadas de acordo com a sua funcionalidade:

- **Sala de Troca de roupa (0 a 1 ano)** - deve ser prevista uma sala de recepção e troca de roupa para atender às crianças do grupo A, com área mínima de 2,00m² de construção por criança, considerando-se para sua utilização o máximo de três crianças, simultaneamente, tendo em vista o número de crianças por berçário e o número de atendentes por criança; a sala deve ter comunicação direta com cada berçário, podendo interligar-se a, no máximo, dois berçários; neste caso, a área será calculada para os dois berçários (Portaria 321/88). Portanto, teremos uma área de **6m²** de sala por berçário ($2 \times 3 = 6\text{m}^2$). Além disso, para atender a 50 crianças do grupo A, será

necessário, no mínimo, 4 berçários. Logo, a área total será de $6 \times 4 = 24\text{m}^2$. Como são 4 berçários, então podemos conectá-los a 2 salas de troca. Portanto, teremos 2 salas de 12m^2 ;

- **Sala de Troca de roupas (1 a 4 anos)** - deve ser prevista uma sala de recepção e troca de roupa para atender às crianças dos grupos B e C, com área mínima de $1,00\text{m}^2$ de construção por criança dos grupos estabelecidos. Considerando-se para sua utilização o revezamento das crianças, a sala deve possuir área capaz de atender a 30% do total de crianças desses grupos etários; recomendam-se nas creches de maior porte, que a sala de recepção e troca de roupa, com os sanitários anexos, sejam previstos em cada sala de atividades desses grupos etários (Portaria 321/88). Temos que para o grupo B de 20 crianças e para o grupo C de 30 crianças são necessários $20 \times 0,3 \times 1 = 6,00\text{m}^2$ e $30 \times 0,3 \times 1 = 9,00\text{m}^2$ respectivamente. No entanto, dividindo estas áreas entre as 2 salas de interação e as 2 salas de atividade, teremos 2 salas de troca de roupa com $6/2 = 3,00\text{m}^2$ e outras duas com $9/2 = 4,50\text{m}^2$;
- **WCs anexos à troca de roupas** - a sala deve contar com instalações sanitárias anexas e observar as seguintes proporções: 1 vaso sanitário para cada 6 crianças; 1 lavatório para cada 6 crianças; 1 chuveiro para cada 8 crianças (Portaria 321/88). Se o grupo B apresenta 20 crianças, então 30% dele equivale a 6 crianças. Para esta demanda bastaria 1 chuveiro, 1 vaso e 1 lavatório. Sendo assim, $3,00\text{m}^2$ serão o suficiente. Já o grupo C apresenta 30 crianças, então 30% dele equivale a 9 crianças. Para esta demanda bastariam 2 chuveiros, 2 vasos e 2 lavatórios. Sendo assim, $6,00\text{m}^2$ serão o suficiente;
- **Berçário (0 a 1 ano)** - deve ser previsto um berçário para atender as crianças do grupo A, obedecendo às seguintes exigências adicionais: área mínima de $2,50\text{m}^2$ por berço; um berçário só pode acomodar, em um mesmo recinto, no máximo, 15 crianças da faixa etária estabelecida (Portaria 321/88). Para atender a demanda de 50 crianças do grupo A, são necessários 4 berçários (2 com capacidade para 15 crianças e outros 2 capazes de atender 10 crianças).

Portanto, a área total a ser utilizada será $2,5 \times 50 = 125,00\text{m}^2$, distribuída em 2 berçários maiores com $2,5 \times 15 = 37,50\text{m}^2$ cada e 2 berçários menores com $2,5 \times 10 = 25,00\text{m}^2$ cada;

- **Sala de Repouso & Interação (1 a 2 anos)** - segue as mesmas regras aplicadas ao berçário com área total a ser usada de $2,5 \times 20 = 50,00\text{m}^2$ distribuída em 2 salas de repouso com $2,5 \times 10 = 25,00\text{m}^2$ cada;
- **Sala de Atividades (2 a 3 anos)** - deve ter área mínima de $2,00\text{m}^2$ por criança; uma sala de atividades só poderá acomodar, no máximo, 20 crianças (Portaria 321/88). Esta sala se destina a atender 15 crianças, que corresponde à metade do grupo C. Sendo assim, sua área é $2 \times 15 = 30,00\text{m}^2$;
- **Sala de Atividades (3 a 4 anos)** - deve ter área mínima de $2,00\text{m}^2$ por criança; uma sala de atividades só pode acomodar, no máximo, 20 crianças (Portaria 321/88). Esta sala se destina a atender 15 crianças, que corresponde à metade do grupo C. Sendo assim, sua área será $2 \times 15 = 30,00\text{m}^2$. Então, 2 salas dessas correspondem a $60,00\text{m}^2$;
- **Solário (0 a 2 anos)** - Para o solário deve ser considerada uma área mínima de $1,00\text{m}^2$ por criança dos grupos A e B. Sendo assim, sua área será $50 \times 1 + 20 \times 1 = 70,00\text{m}^2$;
- **Sala Multiuso/Pátio Coberto (2 a 4 anos)** - para este ambiente deve ser considerada uma área mínima de $2,00\text{m}^2$ por criança dos grupos B e C (Portaria 321/88). Sendo assim, sua área será $20 \times 2 + 30 \times 2 = 100,00\text{m}^2$;
- **Refeitório (2 a 4 anos)** – para atendimento à faixa etária de 2 a 4 anos; uma área mínima deverá ser de $1,20\text{m}^2$ por criança, com a previsão de, no máximo, 2 grupos para revezamento das crianças (Portaria 321/88). Sendo assim, sua área será $1,2 \times 30 / 2 = 18,00\text{m}^2$;
- **Pátio Coberto/ Sala multiuso (1 a 4 anos)** – uma área mínima de $2,00\text{m}^2$ por criança da faixa etária de 1 a 4 anos, podendo servir também como sala de múltiplas atividades (Portaria 321/88). Sendo assim, sua área será $2 \times 20 + 2 \times 30 = 100,00\text{m}^2$;

- **Pátio Descoberto (1 a 4 anos)** – uma área mínima de 4,00m² por criança da faixa etária de 1 a 4 anos (Portaria 321/88). Sendo assim, sua área será $4*20 + 4*30 = 200,00\text{m}^2$;

4.6.5. Unidade de Serviço

Os ambientes constituintes deste setor se encontram a seguir:

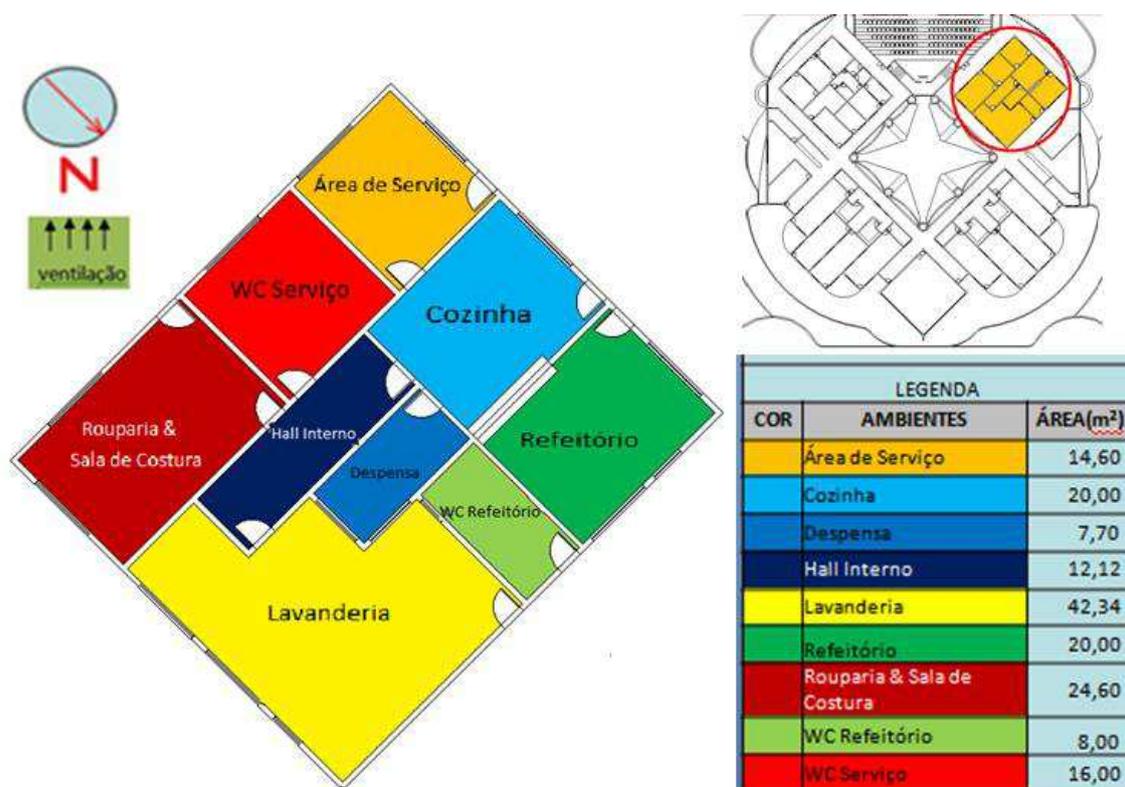


Figura 32 – Disposição dos ambientes no Bloco de Serviço da creche Super Mário & CIA

Fonte: BRAZ, 2014.

- **Cozinha (1 a 4 anos)** - uma área mínima de 0,40m² de construção por criança do grupo B e C (Portaria 321/88). Sendo assim, sua área será $0,4*20 + 0,4*30 = 20,00\text{m}^2$;
- **Despensa** - uma área mínima de 40% da área da cozinha (Portaria 321/88). Sendo assim, sua área será $0,4*20 = 8,00\text{m}^2$;

- **Lavanderia** – uma área mínima de $0,40\text{m}^2$ por criança dos grupos A, B e C (Portaria 321/88). Sendo assim, sua área será $0,4*100 = 40,00\text{m}^2$;
- **Rouparia** - nas creches de maior porte deve ser prevista, anexa à lavanderia, uma sala para a guarda da roupa limpa, com área mínima correspondendo a 40% da área da lavanderia (Portaria 321/88). Sendo assim, sua área será $0,4*40 = 16,00\text{m}^2$;
- **Sala de Costura** – uma área mínima de $6,00\text{m}^2$ (Portaria 321/88);
- **Vestiário/Sanitário** – uma área mínima de $0,50\text{m}^2$ por funcionário (Portaria 321/88). Para estipular a quantidade de funcionários, adotamos uma média de 1 funcionário por ambiente aqui mencionado no programa de necessidades, totalizando aproximadamente 50 funcionários (15 de apoio e 35 técnico-administrativos). Sendo assim sua área será $0,5*50 = 25,00\text{m}^2$. Desta área, $7,50\text{m}^2$ estão destinados ao setor apoio e os $17,50\text{m}^2$ restantes ao setor técnico e administrativo. Também vale lembrar que, conforme a mesma portaria, devem ser considerados os percentuais de 25% para homens e 75% para mulheres como perfil do conjunto de funcionários da creche;
- **Área de Serviço** – uma área mínima de $0,20\text{m}^2$ por criança dos grupos A, B e C (Portaria 321/88). Sendo assim, sua área será $0,2*100 = 20,00\text{m}^2$;
- **WC Funcionários** – segue os mesmos critérios de pré-dimensionamento do “vestiário/sanitário”, adotando $2,00\text{m}^2$ para cada conjunto de 1 lavatório e 1 vaso sanitário. Considerar também uma média de 50 funcionários para esse cálculo, observar os percentuais de 25% para homens e 75% para mulheres como perfil do conjunto de funcionários da creche, conforme a Portaria 321/88. Aqui, como foi visto no cálculo de outros ambientes, procura-se projetar para o atendimento simultâneo de 30% do quadro total de funcionários. Sendo assim, teremos uma área total mínima de $0,5*0,3*50 = 7,50\text{m}^2$;
- **Hall interno de serviço** – uma área mínima de $10,00\text{m}^2$;
- **WC Especial** – uma área mínima de $3,20\text{m}^2$ (PROAP-RIO).

4.6.6. Outras Áreas

- **Depósito de Lixo** – área recomendável de **10,00m²** (COMLURB);
- **Guaritas** – estão previstas nesta creche 6 guaritas. A área média adotada por guarita será de **10,00m²**;
- **Área de Estacionamento** – estão previstas 2 áreas para estacionamento, sendo que a área maior, localizada no acesso lateral interno da creche, terá capacidade para até 18 vagas. Já a área menor, situada no acesso traseiro à edificação, suporta 12 vagas, incluindo 2 preferenciais para pessoas com alguma deficiência, idosos etc.;
- **Circulação Interna da Edificação** – apresenta uma área por volta de **475,00m²**. Esta será dividida em 4 corredores de circulação;
- **Hall de funcionários** – como o nome já indica, trata-se de um corredor de uso prioritário para funcionários. Localiza-se logo nos dois acessos restritos a funcionários quando entram na edificação. Um deles se encontra entre a recepção de 0 a 1 ano e o bloco administrativo, enquanto o outro se encontra entre o bloco de serviço e a recepção de 1 a 4 anos;
- **Hall Intersetorial** – é o corredor que circundará todo o pátio central descoberto, ligando todos os blocos setoriais da creche;
- **Hall de Atividades** – são os corredores que delimitarão a Unidade de Atividades e Lazer, constituindo-se em ramificações do hall intersetorial;
- **Hall Administrativo** – são os corredores que delimitarão a Unidade Administrativa e de Apoio, constituindo-se em ramificações do hall intersetorial;
- **Hall de Serviço** – são os corredores que delimitarão a Unidade de Serviço, constituindo-se em ramificações do hall intersetorial.

4.7. Organograma

O Organograma da creche Super Mario & Cia foi baseado em estudos dos manuais de elaboração de creches do Rio de Janeiro e influenciado por documentos emitidos pelo Ministério da Saúde, além, é claro, de assumir uma característica própria.

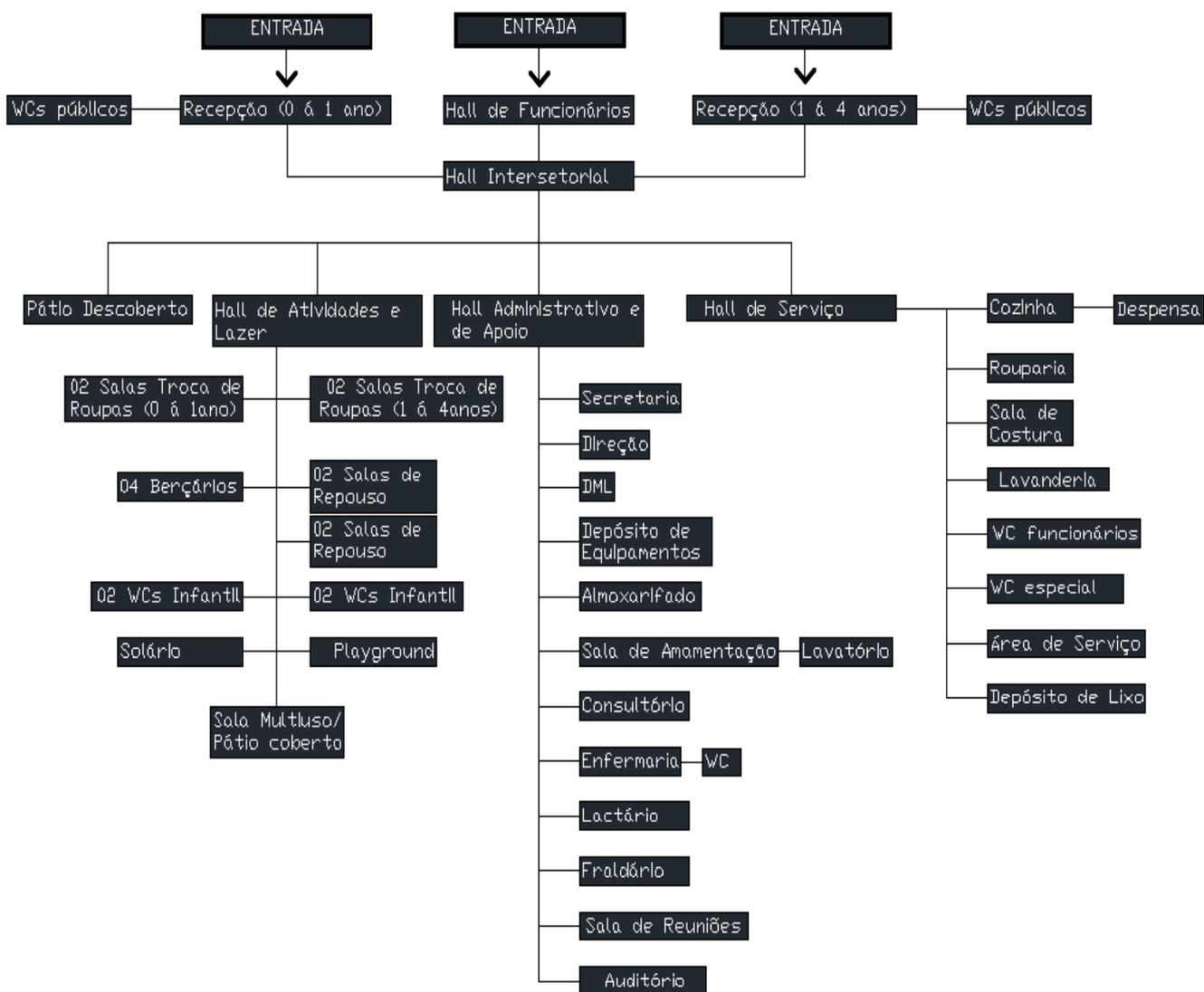


Figura 33 – Organograma dos ambientes na creche proposta

Fonte: BRAZ, 2014.

4.8. Considerações acerca da arquitetura temática da creche

A creche proposta possui um desenho baseado em um tema infantil previamente escolhido chamado *Mario Bros*, o que faz a criança se encontrar inserida em um universo diferente, mas aconchegante;

A própria edificação em si, vista em planta baixa, representa a cabeça do protagonista infantil, atribuindo assim a função lúdica a edificação, o que é algo importantíssimo para inserção da criança no espaço escolar;

A disposição das vagas para veículos na área destinada ao estacionamento forma o nome MARIO que é o principal personagem do tema. Isso mostra para o público infantil que é possível atribuir significados diferentes às concepções arquitetônicas convencionais;

Na entrada frontal da creche proposta, a circulação e o espelho d'água formam em conjunto o símbolo que identifica o personagem, o que constitui um elemento a mais para a proposta temática da creche em questão;

As unidades de atividades destinadas às crianças possuem uma cobertura que faz alusão proposital ao chapéu de Mário e a seu irmão Luigi, o mesmo se verifica na sala multiuso que faz referência ao personagem Toad que é um cogumelo humanoide;

O pátio central descoberto possui uma geometria e uma coloração que remetem a mapas que fazem parte do universo do tema escolhido,

O bloco administrativo juntamente com o auditório e o bloco de serviço apresentam fachadas que fazem alusão a castelos que são comuns no universo do tema;

As cores empregadas na creche proposta são alegres e ao mesmo tempo moderadas devido ao seu tom suave. O objetivo é carregar o ambiente de um aspecto infantil, sem, todavia, impactar a visão do observador;

Nas salas de atividades, as paredes retratam o personagem temático em seu universo de ação, o que de certa forma faz brotar na criança a identidade com o ambiente, visto que Mário para muitas crianças é sinônimo de diversão;

4.9. Acessos e Circulação Externa

O terreno da creche apresenta 05 acessos, todos devidamente assegurados com portarias no caso de pedestres e guaritas no caso de carros. Dos cinco, dois acessos são restritos à passagem de pedestres e se encontram localizados na parte frontal que dá para a Avenida Braulino e Carvalho (Avenida 04) e na lateral que dá para a Avenida 02. No desenho abaixo estão representados por setas vermelhas. Os demais foram planejados para a passagem de veículos (setas azuis).

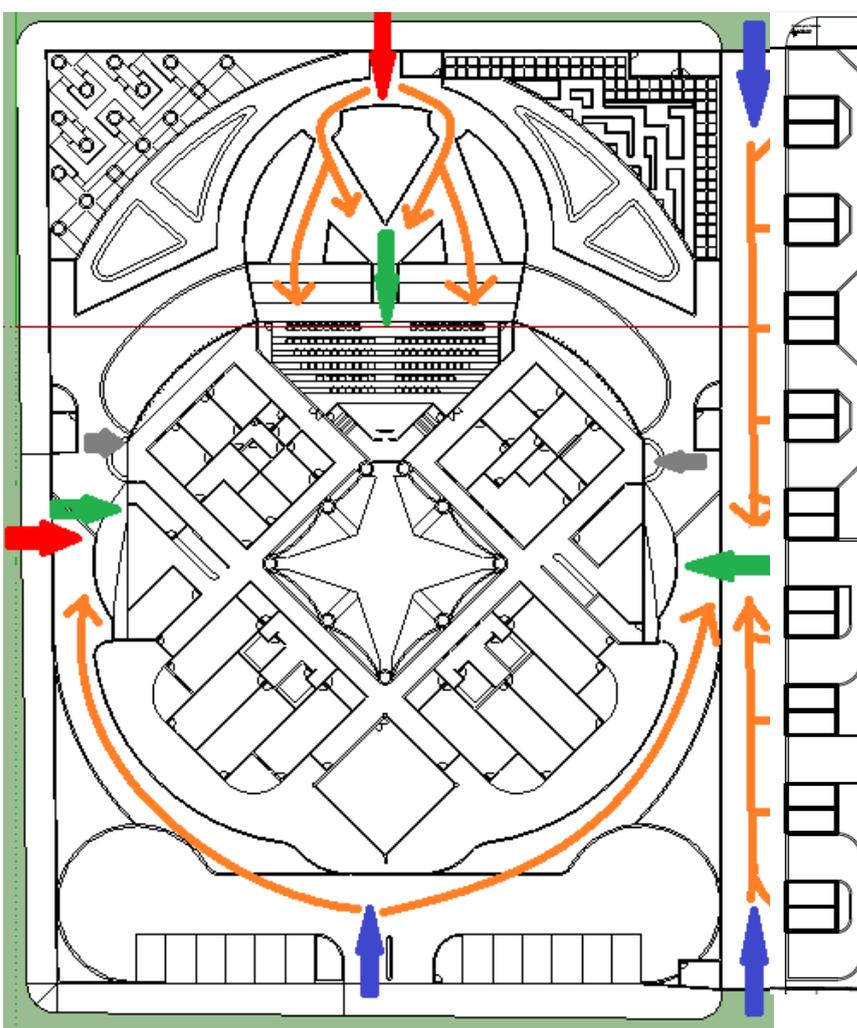


Figura 34 – Pontos de acesso da creche Super Mário & CIA.

Fonte: BRAZ, 2014.

Já os pontos de acesso à creche propriamente dita são cinco (setas verdes e cinzas) sendo que quatro estão nas laterais da edificação e outro na parte frontal que leva ao auditório. As setas verdes indicam o acesso dos usuários à edificação enquanto as setas cinzas indicam o acesso restrito aos funcionários da creche.

Por último, os fluxos estão disponíveis através de linhas laranjas.

Sendo assim, buscou-se tornar os pontos de acesso ao terreno da edificação devidamente estruturados para o controle de acesso à entrada e saída de veículos e pedestres. Além disso, a circulação de pedestres foi pensada de forma a integrar diferentes pontos de acesso à edificação de forma a facilitar o fluxo de frequentadores;

4.10. Considerações acerca dos Sistemas Construtivos e do Revestimento de materiais empregados na creche proposta

Os materiais utilizados na creche proposta são comuns na região e, portanto, não representam custos exacerbados na execução do projeto;

As portas internas da edificação são em sua maioria de vidro temperado, possibilitando assim observar o que está acontecendo em cada ambiente;

Essas portas apresentarão uma largura de 0,90m para facilitar a circulação de possíveis cadeirantes pelos ambientes

Em áreas que exigem mais privacidade como banheiros e vestiários as portas de acesso são de madeira maciça evitando assim qualquer ameaça a privacidade para os usuários desses espaços;

O revestimento das paredes internas é de PVC, pois são de fácil aplicabilidade e apresentam diversas possibilidades no que se refere aos tons de cor;

Já as paredes externas são de pintura acrílica devido ao fato de serem mais resistentes à chuva e à umidade;

Quanto ao revestimento dos pisos, na creche proposta foram utilizados o piso cerâmico nos blocos administrativo e de serviço, o carpete no auditório, nos berçários e nas salas de atividades o piso de borracha, e por

último, nas áreas de circulação foram utilizadas pavimentação de concreto para pedestres e pavimentação asfáltica para veículos;

No auditório somente o piso é formado por um imenso carpete sendo que as paredes são revestidas por materiais reflexivos para uma melhor propagação do som;

Quanto à proteção externa optou-se pelo muro de concreto, para fins de melhor segurança;

O sistema construtivo empregado é a alvenaria estrutural com blocos de concreto para menor desperdício de materiais e para uma maior racionalização do processo construtivo, no entanto para formas circulares como é no caso dos solários e playground utilizou-se alvenaria comum devido a fácil execução;

Na cobertura será utilizada telha cerâmica colorida com inclinação no máximo de 30% conforme possíveis especificações. Nos locais em que estiverem inseridas platibandas de no máximo 1,50m poderá se fazer uso da cor natural da cerâmica.

As janelas e os basculantes da creche proposta são feitos de vidro temperado e alumínio. Os basculantes dos banheiros e do vestiário de funcionários terão um peitoril de 1,70m, enquanto que nas janelas das áreas destinadas às crianças ele será de 0,90m. Nas janelas das demais áreas o peitoril será 1,20m.

4.11. Considerações acerca do Conforto ambiental e térmico na creche

Primeiramente ao se observar a orientação da creche chega-se a conclusão de que Unidade de Atividades está voltada para a insolação matutina que é aproveitada tanto no solário como no playground. A ventilação se dá deste ambiente para os berçários, para as salas destinadas às crianças maiores e também para a sala multiuso (que pode ser utilizada como pátio coberto também).

Nas unidades de administração e de serviço, as áreas voltadas para o pátio central descoberto recebem ventilação cruzada devido à área livre para

a circulação do vento. Já a insolação direta na tarde é controlada pela presença da laje que cobre o Hall voltado para o pátio central.

Nas áreas voltadas para os corredores administrativos e de serviço a solução empregada foi a utilização de esquadrias próximas a laje acima das coberturas da circulação interna. As lajes dos corredores de circulação interna apresentam pequenas platibandas voltadas para o pátio interno e no outro lado se unem a platibandas oriundas dos blocos setoriais da creche. Quando a ventilação passa por esses locais, propicia principalmente a formação do efeito de canalização do vento. A função dessas esquadrias acima das lajes dos corredores é captar o vento para os ambientes que não possuem ventilação direta. Além disso, essas esquadrias permitem a iluminação natural do local, sem no entanto receber insolação direta. As imagens a seguir, buscam ilustrar o que se quer propor. Observação: o sentido da ventilação está representado pela seta vermelha:

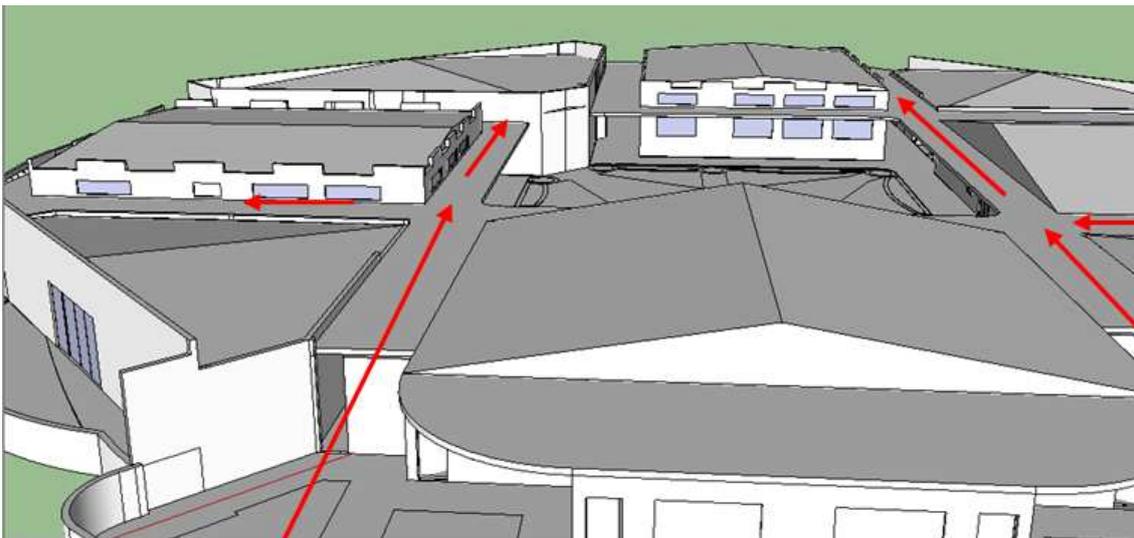


Figura 35 – Sentido da ventilação percorrendo os caminhos deixados entre as platibandas dos blocos setoriais da creche.

Fonte: BRAZ. 2014.

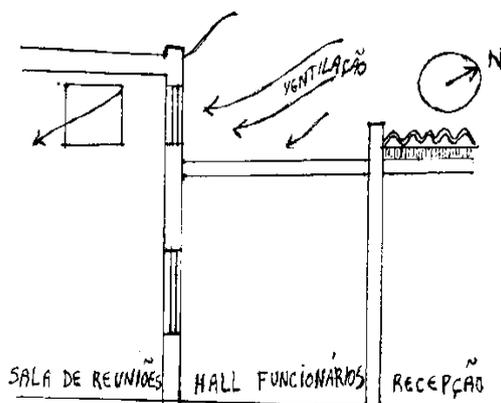


Figura 36 – Sentido da ventilação penetrando através das esquadrias acima da laje dos corredores internos de circulação da creche

Fonte: BRAZ. 2014.

4.12. Outras considerações acerca da creche proposta

A creche proposta busca obedecer à legislação urbanística municipal;

O terreno de uma forma geral é plano, o que possibilita o acesso de cadeirantes aos ambientes da creche proposta, visto que toda a edificação apresenta um único pavimento e pouca diferença de níveis em relação ao entorno;

A gramínea escolhida é a chamada São Carlos, por ter um índice de resistência alto e de fácil manutenção;

A creche proposta tira partido do terreno e aproveita a existência de árvores no contorno do terreno aproveitando as sombras delas sobre as áreas externas da creche;

A creche proposta faz uso do próprio terreno para estacionamento privativo, o que evita o uso das calçadas e dos acostamentos como locais de estacionamento de veículos;

As inclinações presentes no terreno da creche proposta possibilitam os caminhos a serem percorridos pela água durante o escoamento pluvial;

A flexibilidade de ambientes foi aplicada no espaço destinado a ser pátio coberto, podendo transformar-se em sala multiuso e vice-versa.

CONCLUSÃO

Durante todo este trabalho, buscou-se mesclar questões ligadas à funcionalidade com os aspectos lúdicos na proposta. O resultado é uma arquitetura racionalmente concebida com características atrativas para o público alvo que são as crianças. No desenvolvimento do anteprojeto, foi possível adquirir conhecimentos em diversas áreas não somente no campo da Arquitetura, mas também em assuntos relacionados à Pedagogia.

O trabalho procurou encontrar embasamento na história, resgatando a necessidade que ocasionou o surgimento das creches e, a partir de então, a crescente demanda por esses locais culminou no reconhecimento legal dessas instituições. Posteriormente, o processo levou o governo brasileiro a estabelecer leis e normas específicas acerca das creches. Além disso, ainda que de forma breve, foi mostrado algumas características que fazem parte da creche brasileira, principalmente desigualdades regionais entre essas instituições.

Aqui também se demonstrou a importância do espaço físico para o processo educacional. Foram abordados elementos importantes da Arquitetura pré-escolar e escolar, tais como escala, conforto térmico e lumínico, flexibilidade na organização do espaço escolar, segurança, acessibilidade, além do aspecto lúdico. Em cada um desses itens e em outros mais foi explanado como se dava a influência de cada um dentro do espaço da creche.

Este trabalho procurou através da arquitetura temática, criar uma relação de afinidade entre a criança e o ambiente em que se encontra inserida. Explicou-se a importância dessa arquitetura através de sua sintonia com o aspecto lúdico, cuja relevância no processo de aprendizado é indiscutível.

Por fim, a elaboração do anteprojeto buscou ao máximo aproveitar não somente os conceitos aprendidos nesta pesquisa, como também conhecimentos adquiridos ao longo do Curso de Arquitetura e Urbanismo, fatores indispensáveis para o desenvolvimento desse trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Ellen Borges. **Grupos Escolares e Instituições Carcerárias: a arquitetura como controle e disciplinação dos sujeitos – esboços de uma análise Foucaultiana**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Presbiteriana Mackenzie – São Paulo, 2010.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria Nº 321 de 26 de maio de 1988**. Brasília, DF, Brasil. 1988. Disponível em: <http://www.aeap.org.br/doc/portaria_federal_321_de_26_de_maiode_1988_321_88.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2014.

BRASIL. Governo. **Estatuto da Criança e do adolescente**. Lei nº 8.069 de 13 julho 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução CEB N.º 1, de 7/04/1999.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. **Política de educação infantil no Brasil: Relatório de avaliação**. Brasília: MEC/SEB/UNESCO, 2009b.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referenciais Curriculares Nacionais para a educação infantil: Introdução**. Brasília: MEC/SEF, 1998, v.1.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação. **Parâmetros Básicos de infra-estrutura para instituições de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2006a.

BRASIL. **Subsídios para o credenciamento e funcionamento das instituições de educação infantil**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/scfie.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 23 jul. 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Lei Federal nº 10.172, de 9 jan. 2001.

CARVALHO, Adriana; RUBIATO, Karina. **A perspectiva educativa do espaço físico das creches**. 2012. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia). União das Faculdades dos Grandes Lagos, UNILAGO, São José do Rio Preto.

CORRÊA, Bianca Cristina. Considerações sobre qualidade na educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 119, p. 85-112, julho 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a05.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

ESCOLANO, Agustín. **Arquitetura como programa** - Espaço-escola e currículo. In: FRAGO, Antonio Viñao. Currículo, Espaço e Subjetividade - a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 2001 (2ª Ed.). p. 19 a 57.

FARIA, Sonimar Carvalho. **História e políticas de educação infantil**. In: FAZOLO, Eliane et al. Educação Infantil em Curso. Rio de Janeiro: Ravil, 1997.

FRAGO, Antonio Viñao. **Currículo, Espaço e Subjetividade** - a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 2001 (2ª Ed.).

GOMES, Ana Valeska Amaral. Educação Infantil: **Por que mais creches?** Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6225>>. Acesso em 23 jul. 2014.

GUIMARÃES, Dinah; CAVALCANTI, Lauro. **Arquitetura kitsch: suburbana e rural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (3ª Ed. 2006)

JUNG, Daniele; ROCHA, Diziely; SANTOS, Kacianni. **Monografia de Robert**

Arthur Morton Stern. Disponível em:
<http://www.fag.edu.br/graduacao/arquitetura/anais2006/2005/trabalho_rs.pdf>.
Acesso em: 23 jul. 2014.

KRAMER, Sonia. **A política do Pré-Escolar no Brasil.** A arte do disfarce. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2006.

LAGÔA, Vera. **Estudo do Sistema Montessori.** São Paulo: Edições Loyola, 1981.

LIMA, Mayume Watanabe de Souza. **Arquitetura e Educação.** São Paulo: Studio Nobel, 1995.

MARCILIO, Maria Luiza. **A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil.** 1726-1950. In: _____. História social da criança abandonada. [S.l.]: Hucitec. 1988. p. 53-79.

MERISSE, A. **Origens das instituições de atendimento à criança pequena: o caso das creches.** In: MERISSE, A. et al. Lugares da Infância. São Paulo: Arte e Ciência, 1997.

MOLES, Abraham. **O kitsch: a arte da felicidade.** 5ª Ed. Tradução Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2001.

NASCIMENTO, Mario. **Arquitetura para a educação: a contribuição do espaço para a formação do estudante.** Trabalho de Conclusão do Mestrado (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - FAU-USP - São Paulo, 2012.

NOVA ESOLA. **Grandes Pensadores.** Disponível em:
<http://revistaescola.abril.com.br/pensadores/>. Acesso em 23 jul 2014

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. **Arquitetura dos sentidos: entre o vernáculo e o popular.** 2010. Projeto de pesquisa. Mimeo.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. **Uma ponte para o mundo goiano do século XIX: um estudo da casa meia-pontense.** Goiânia: Agepel, 2001.

PALMER, Joy A. **50 grandes educadores.** São Paulo: Contexto, 2005.

RIO DE JANEIRO, Prefeitura. **Manual para a elaboração de projetos de creches na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Brasil. 2000.

RIZZO, Gilda. **Creche**: organização, currículo, montagem e funcionamento. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

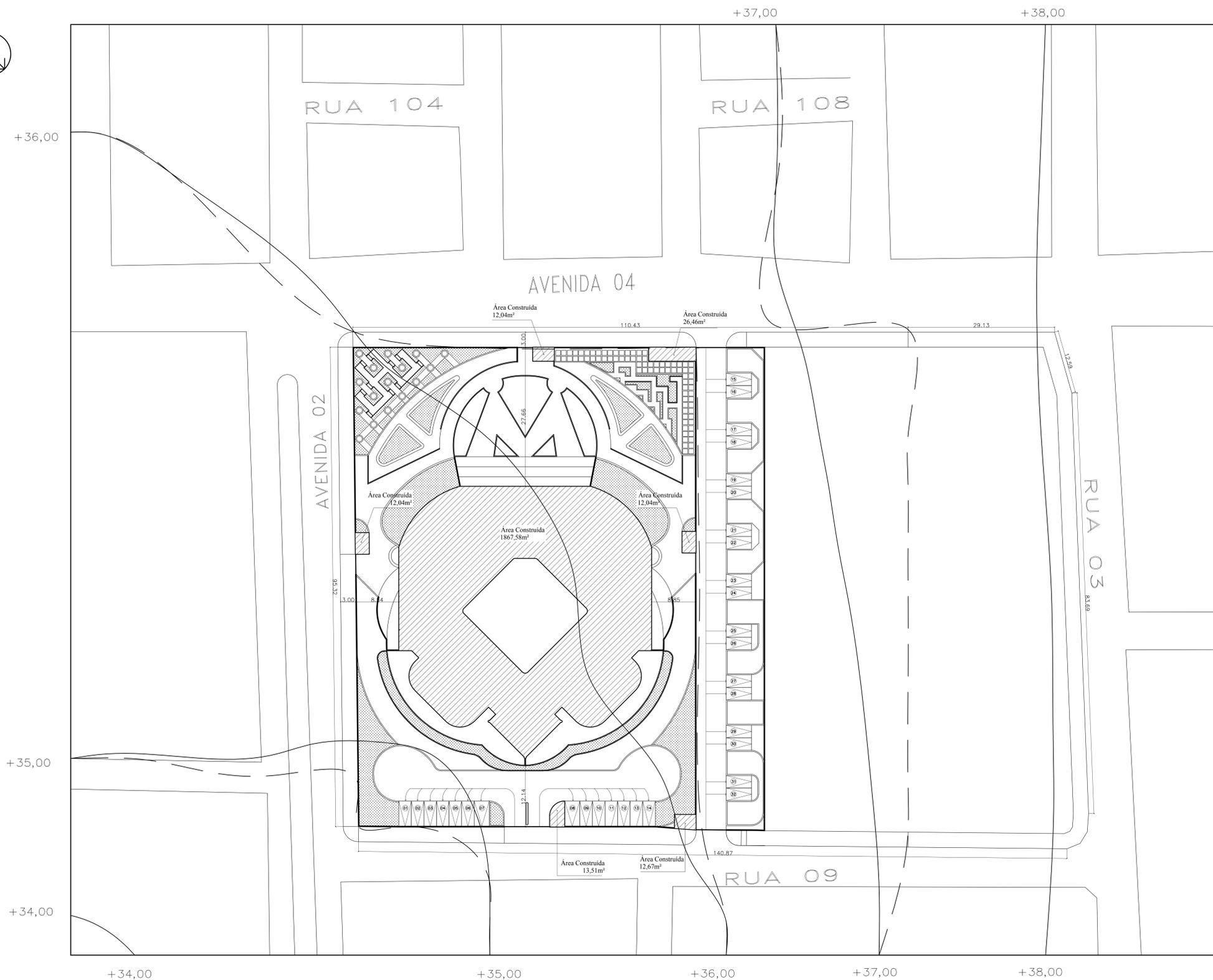
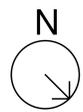
RUIZ, Jucilene de Souza. **O surgimento da creche**: uma construção social e histórica. V Encontro brasileiro de Educação e marxismo. Marxismo, Educação e Emancipação Humana, Florianópolis, SC, 11 a 14 de abril de 2011. Disponível em: <http://gephispnop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/o_surgimento_da_creche_uma_construo_social_e.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2014.

SÃO LUÍS, Prefeitura. **Legislação Urbanística Básica de São Luís**. São Luís, Brasil. 1992.

SEGRE, Roberto. **A razão construtiva nas escolas paulistas**. Revista Projeto Design, São Paulo, n. 321, p. 80 – 83, nov. 2006.

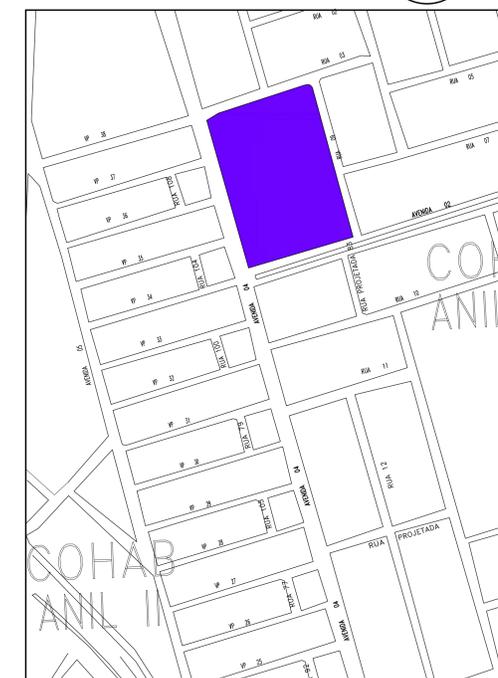
VENTURI, Robert; IZENOUR Steven; BROWN, Denise Scott. **Aprendendo com las Vegas**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

APÊNDICE



1 PLANTA DE SITUAÇÃO E IMPLANTAÇÃO
CURVAS DE NÍVEL E AFASTAMENTOS
ESCALA 1/300

ZR5



2 PLANTA DE LOCALIZAÇÃO
LIMITAÇÕES DO TERRENO
ESCALA 1/2250

LEGENDA
Terreno da Creche

QUADRO DE ÁREAS

ÁREA DO TERRENO	14.966,89m ²
ÁREA A SER UTILIZADA	10.511,62m ²
ÁREA CONSTRUIDA	1.956,34m ²
ÁREA LIVRE	8.555,28m ²
ÁREA TOTAL	10.511,62m ²

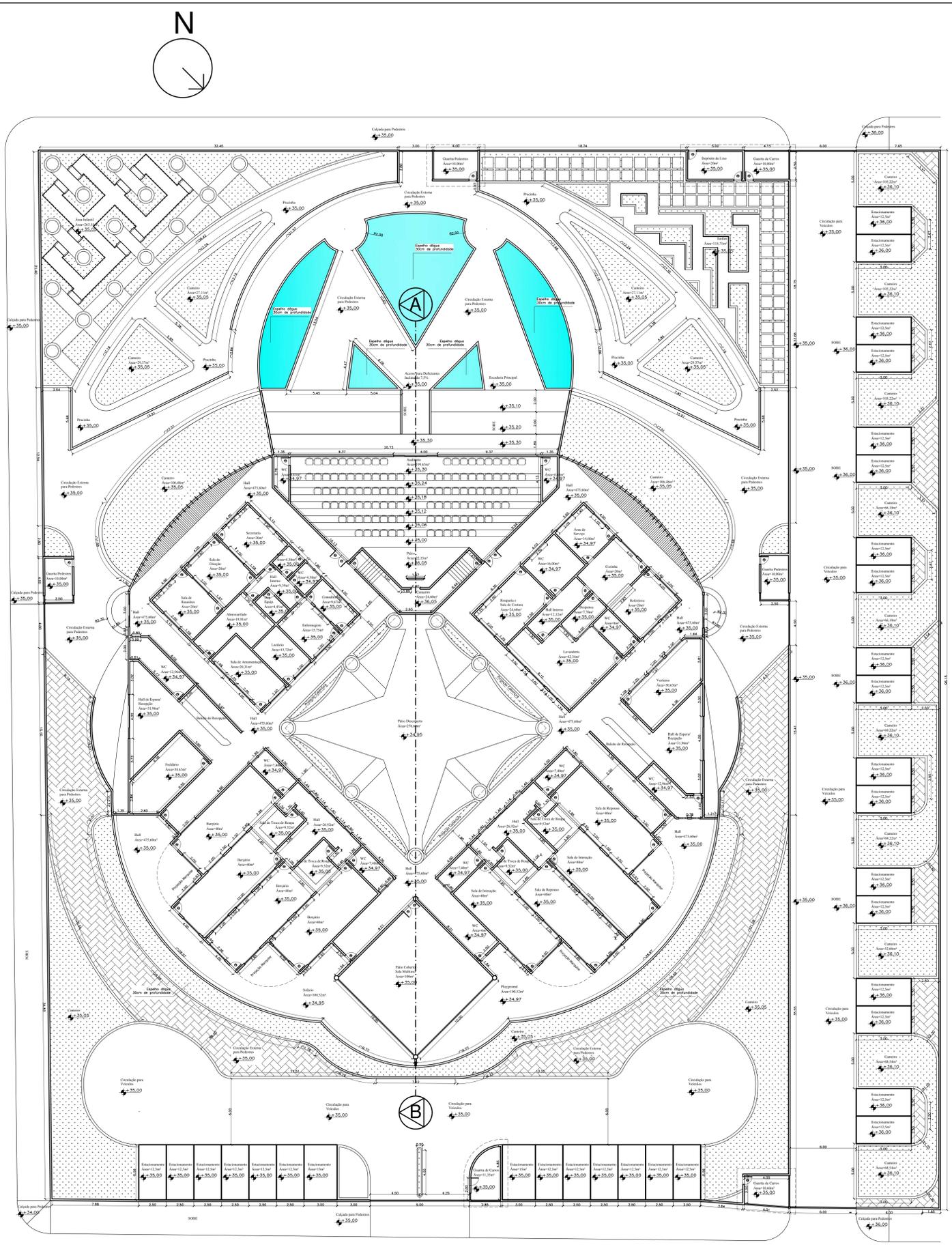
TABELA DE AFASTAMENTOS

AFASTAMENTO FRONTAL	30,66m ²
AFASTAMENTO LATERAL EXTERNO	11,54m ²
AFASTAMENTO LATERAL INTERNO	8,85m ²
AFASTAMENTO TRASEIRO	12,14m ²

LEGENDA

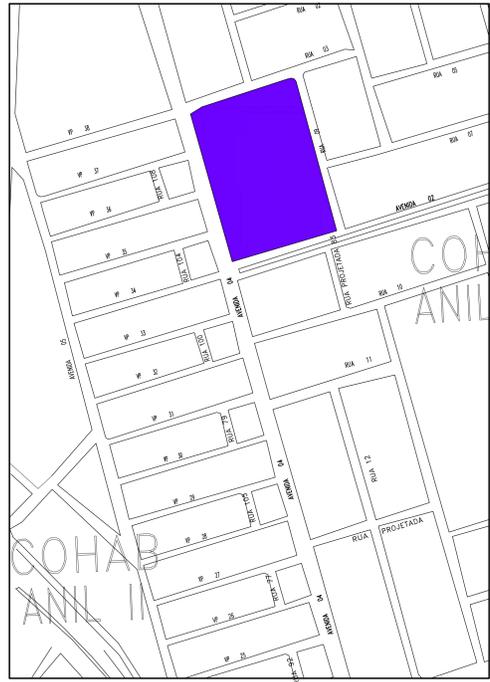
CURVAS DE NÍVEL DA ÁREA	— — — — —
CURVAS DE NÍVEL PROJETADAS	— — — — —

PROJETO: ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO			
TÍTULO: EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL CRECHE SUPER MARIO & CIA			
PROPRIETÁRIO: CLIENTE HIPOTÉTICO	DATA: JULHO/2014		
ENDEREÇO: ESQUINA DA AVENIDA BRAULINO DE CARVALHO E A AVENIDA 02	ESCALA: INDICADA		
FRANCHA: - PLANTAS DE LOCALIZAÇÃO, SITUAÇÃO E IMPLANTAÇÃO			
RESPONSÁVEL TÉCNICO:	RESPONSÁVEL HIPOTÉTICO	REVISÃO Nº: 01	FRANCHA Nº: 01/07
ÁREA DO TERRENO: 10.511,62 m ²	ÁREA CONSTRUIDA: 1.956,34 m ²	ÁREA LIVRE: 8.555,28 m ²	ESC. PLANTAS: 1:300



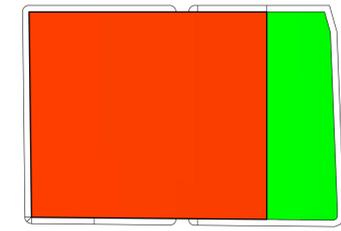
3 PLANTA BAIXA PAVIMENTO TÉRREO
PAVIMENTO ÚNICO
ESCALA 1/150

ZR5



LEGENDA

Terreno da Creche



4 PLANTA ESQUEMÁTICA DO TERRENO
ÁREA A SER UTILIZADA/ ÁREA OCIOSA
ESCALA 1/1125

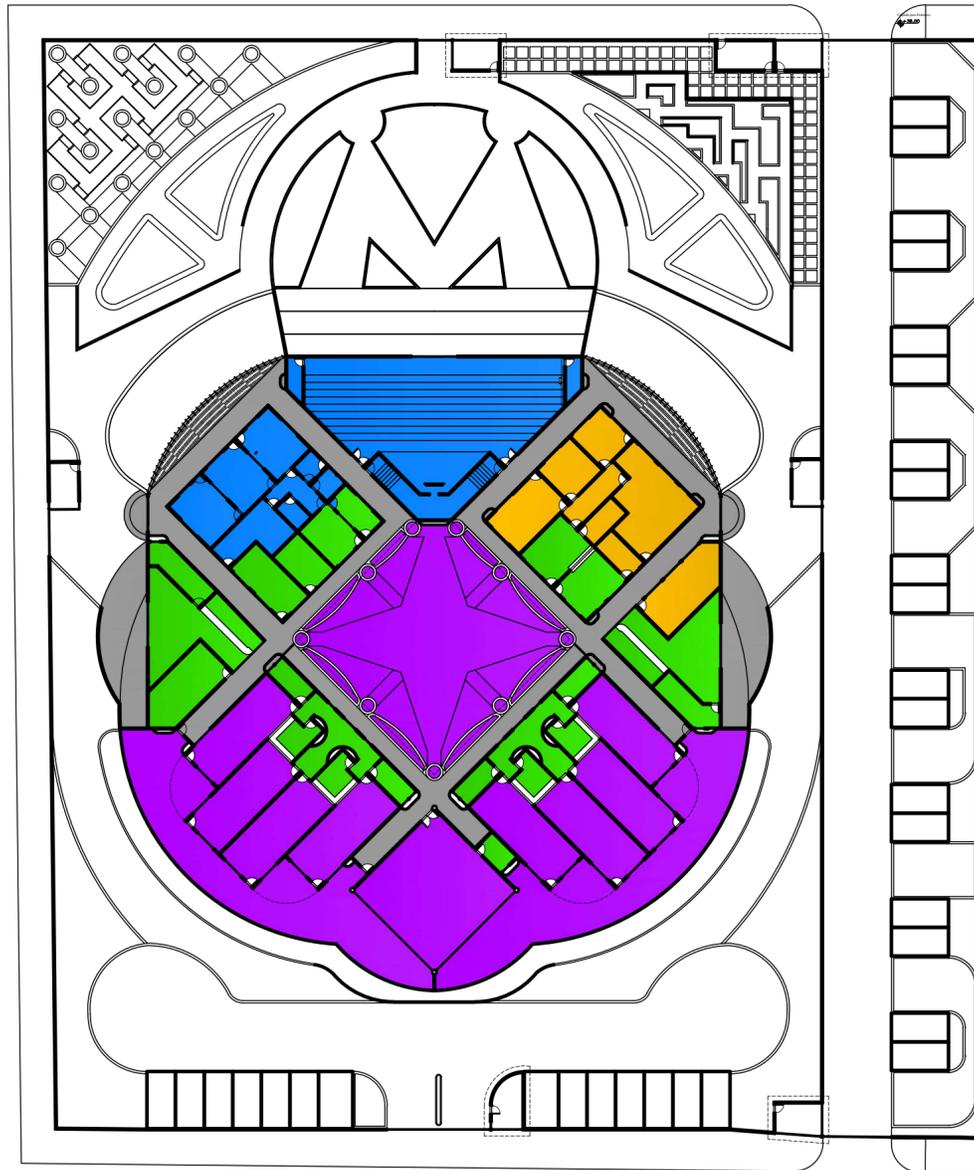
LEGENDA

Área Total de Terreno - 14.966,89 m²

Área de Terreno a ser utilizada - 10.511,62 m²

Área de Terreno ociosa - 4455,27 m²

PROJETO: ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO			
TÍTULO: EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL CRECHE SUPER MARIO & CIA			
PROPRIETÁRIO: CLIENTE HIPOTÉTICO	DATA: JULHO/2014		
ENDEREÇO: ESQUINA DA AVENIDA BRAULINO DE CARVALHO E A AVENIDA O2	ESCALA: INDICADA		
FRANCHA: - PLANTA BAIXA PAVIMENTO TÉRREO E ÚNICO			
RESPONSÁVEL TÉCNICO:	RESPONSÁVEL HIPOTÉTICO:	REVISÃO Nº: 01	FRANCHA Nº: 02/07
ÁREA DO TERRENO: 10.511,62 m ²	ÁREA CONSTRUIDA: 1.956,34 m ²	ÁREA LIVRE: 8.555,26 m ²	ESC. PLANTAS: 1:150

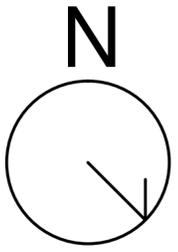
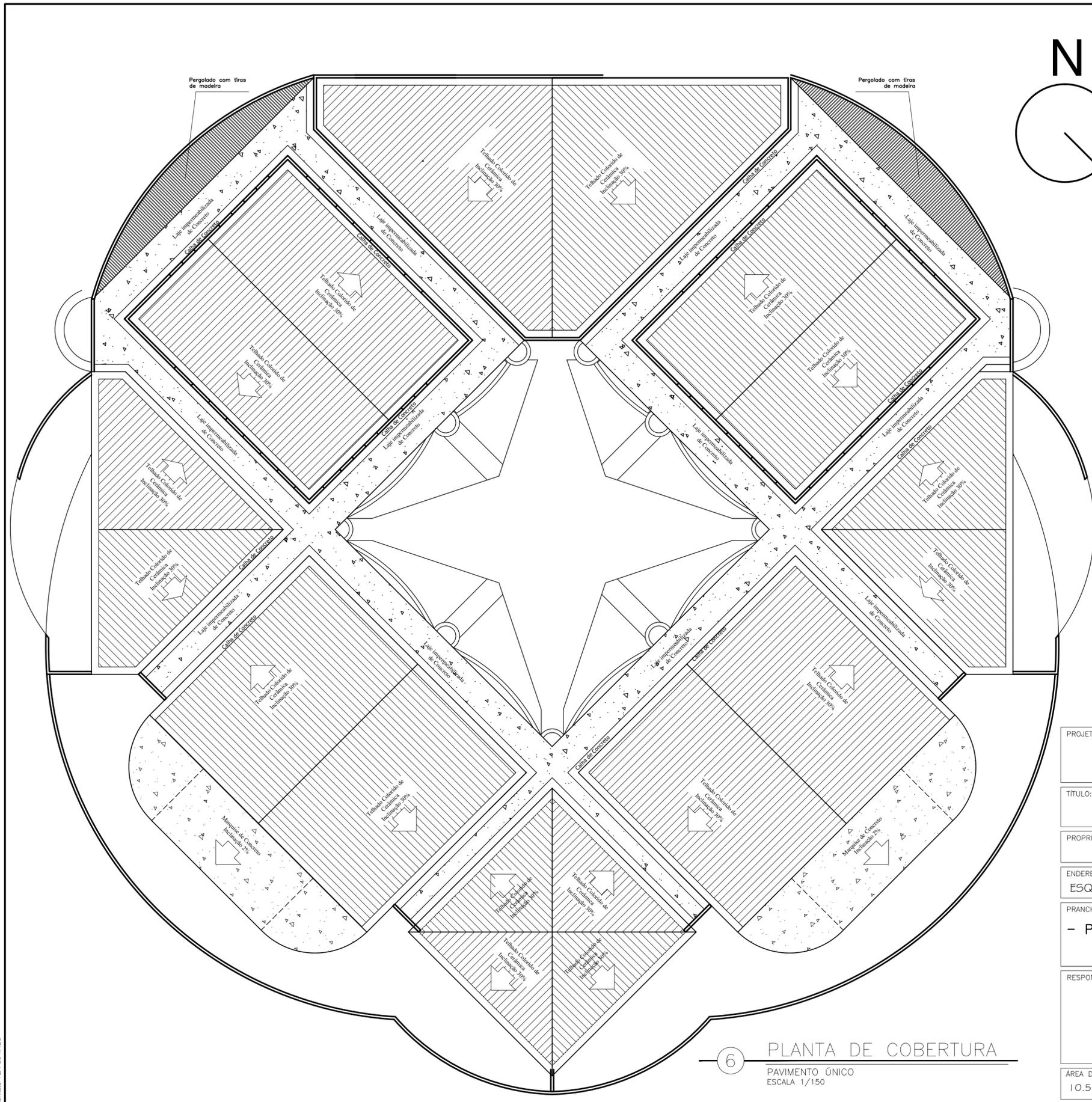


LEGENDA

- | | |
|--|--|
|  Unidade Administrativa e Técnica |  Unidade de Serviço |
|  Unidade de Assistência e Apoio |  Circulação Interna |
|  Unidade de Atividades e Lazer | |

5 PLANTA DE SETORIZAÇÃO
PAVIMENTO ÚNICO
ESCALA 1/400

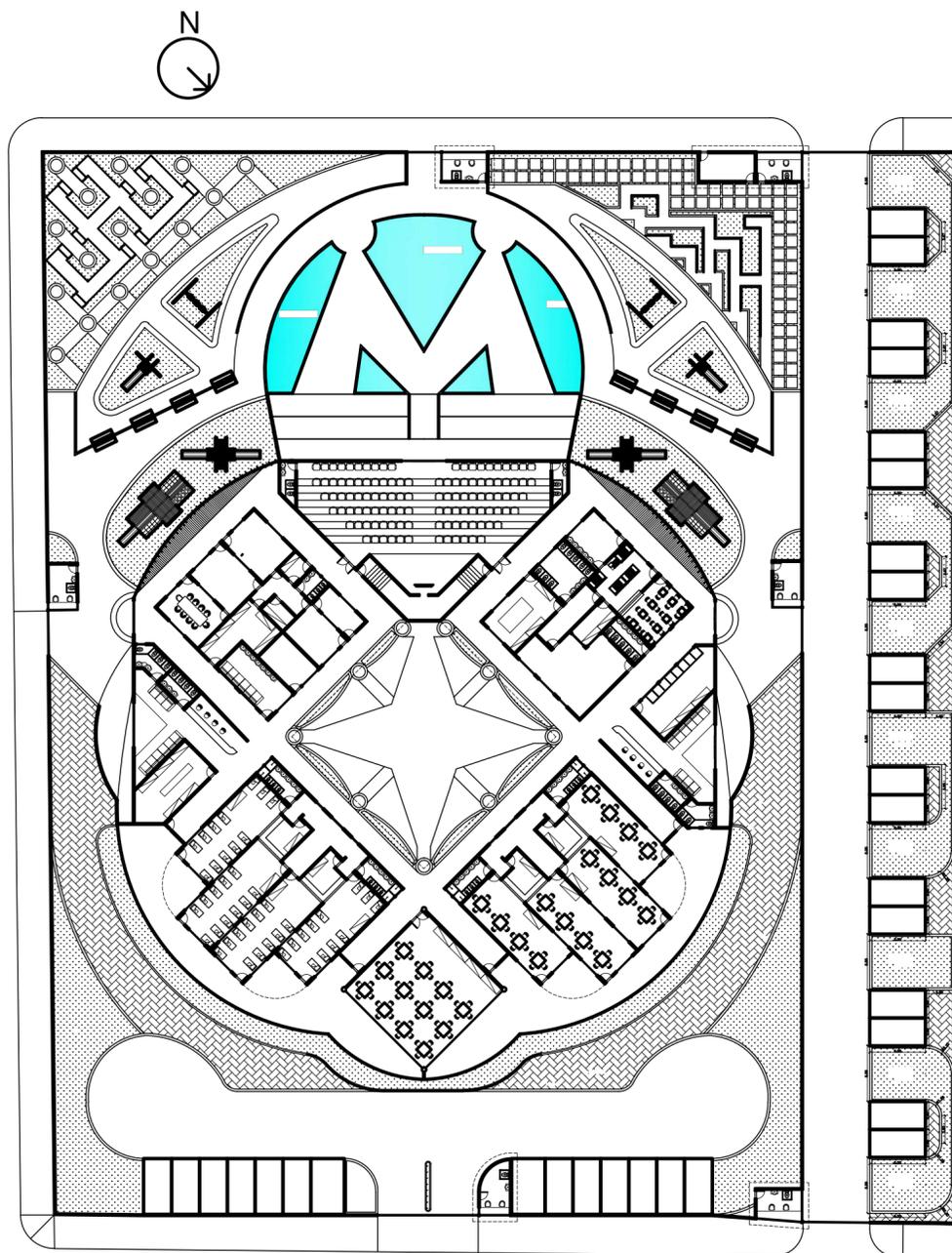
PROJETO: ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO			
TÍTULO: EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL CRECHE SUPER MARIO & CIA			
PROPRIETÁRIO: CLIENTE HIPOTÉTICO	DATA: JULHO/2014		
ENDEREÇO: ESQUINA DA AVENIDA BRAULINO DE CARVALHO E A AVENIDA O2	ESCALA: INDICADA		
PRANCHA: - PLANTA DE SETORIZAÇÃO DA EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL			
RESPONSÁVEL TÉCNICO: RESPONSÁVEL HIPOTÉTICO			REVISÃO N°: 01
PRANCHA N°: 03/07			
ÁREA DO TERRENO: 10.511,62 m ²	ÁREA CONSTRUÍDA: 1.956,34 m ²	ÁREA LIVRE: 8.555,28 m ²	ESC. PLOTAGEM: 1:400



PROJETO:			
ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO			
TÍTULO:			
EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL CRECHE SUPER MARIO & CIA			
PROPRIETÁRIO:		DATA:	
CLIENTE HIPOTÉTICO		JULHO/2014	
ENDEREÇO:		ESCALA:	
ESQUINA DA AVENIDA BRAULINO DE CARVALHO E A AVENIDA O2		INDICADA	
PRANCHA:			
- PLANTA DE COBERTURA DA EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL			
RESPONSÁVEL TÉCNICO:			REVISÃO N°:
RESPONSÁVEL HIPOTÉTICO			01
			PRANCHA N°:
			04 / 07
ÁREA DO TERRENO:	ÁREA CONSTRUÍDA:	ÁREA LIVRE:	ESC. PLOTAGEM:
10.511,62 m ²	1.956,34 m ²	8.555,28 m ²	1:150

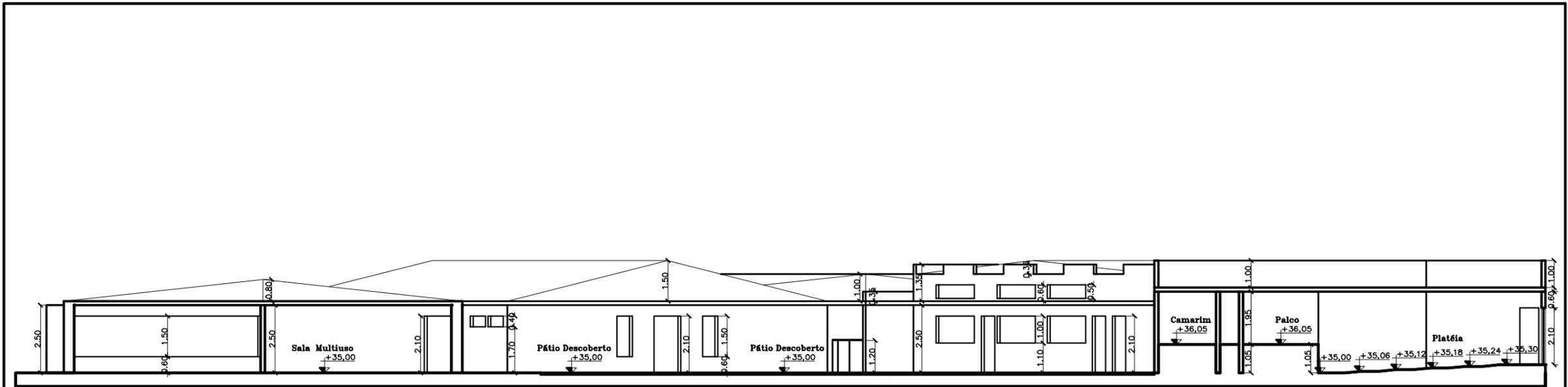
6 **PLANTA DE COBERTURA**
PAVIMENTO ÚNICO
ESCALA 1/150

formato: A2: 594x420



7 PLANTA DE LAYOUT
 PAVIMENTO ÚNICO
 ESCALA 1/400

PROJETO:			
ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO			
TÍTULO:			
EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL CRECHE SUPER MARIO & CIA			
PROPRIETÁRIO:		DATA:	
CLIENTE HIPOTÉTICO		JULHO/2014	
ENDEREÇO:		ESCALA:	
ESQUINA DA AVENIDA BRAULINO DE CARVALHO E A AVENIDA O2		INDICADA	
PRANCHA:			
- PLANTA DE LAYOUT DA EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL			
RESPONSÁVEL TÉCNICO:			REVISÃO N°:
RESPONSÁVEL HIPOTÉTICO			01
PRANCHA N°:			
05/07			
ÁREA DO TERRENO:	ÁREA CONSTRUÍDA:	ÁREA LIVRE:	ESC. PLOTAGEM:
10.511,62 m ²	1.956,34 m ²	8.555,28 m ²	1:400



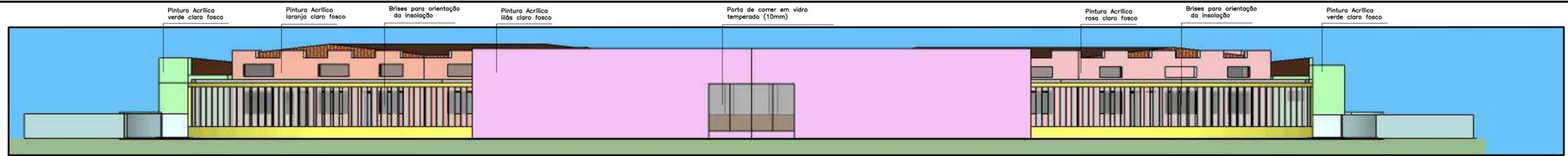
8

CORTE AB

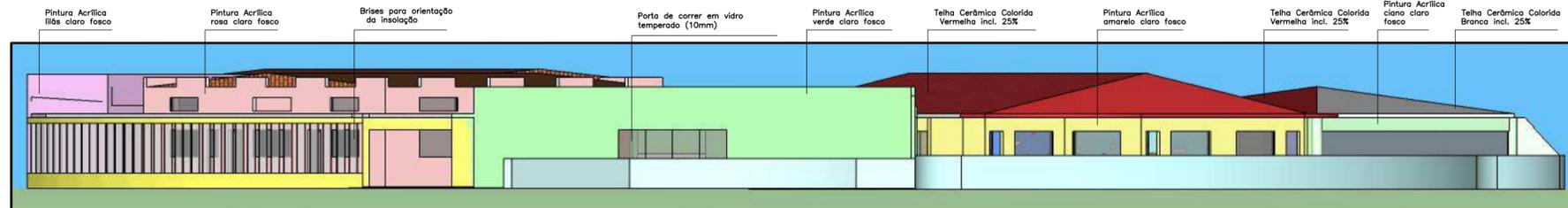
PAV. ÚNICO
SEM ESCALA

PROJETO:		ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO	
TÍTULO:		EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL CRECHE SUPER MARIO & CIA	
PROPRIETÁRIO:	CLIENTE HIPOTÉTICO	DATA:	JULHO/2014
ENDEREÇO:	ESQUINA DA AVENIDA BRAULINO DE CARVALHO E A AVENIDA O2	ESCALA:	INDICADA
PRANCHA:	CORTE AB	REVISÃO N°:	01
ÁREA DO TERRENO:	10.511,62 m ²	ÁREA CONSTRUÍDA:	1.956,34 m ²
ÁREA LIVRE:	8.555,28 m ²	ESC. PLOTAGEM:	1:150
		06 / 07	

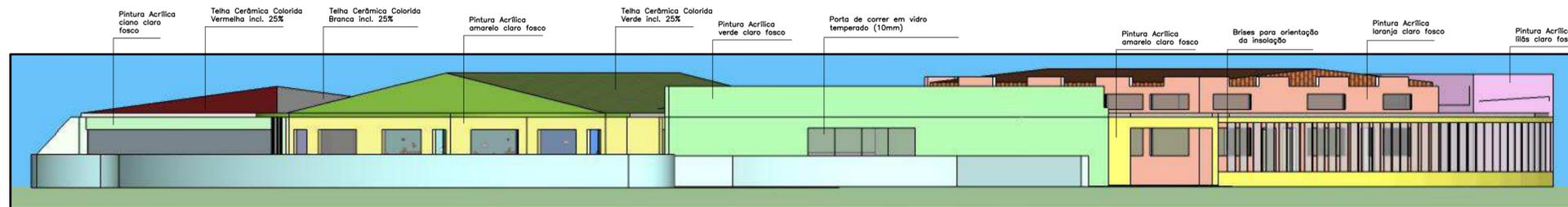
Formato A3 - 420x297



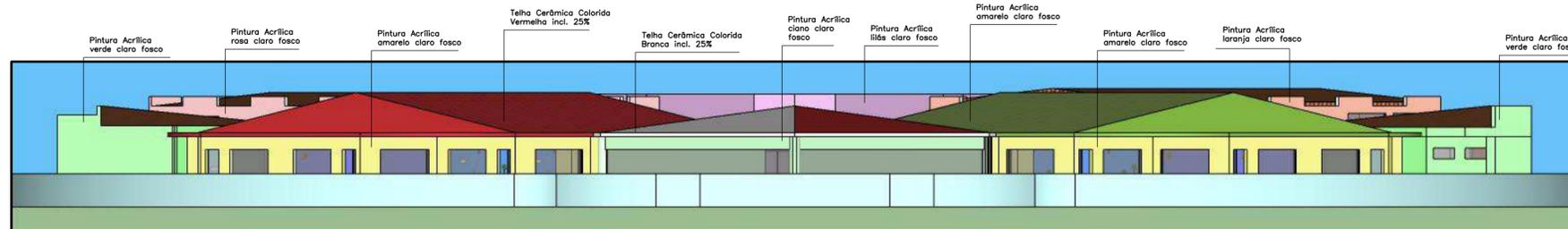
9 FACHADA FRONTAL
VISTA ILUSTRATIVA SEM ESCALA



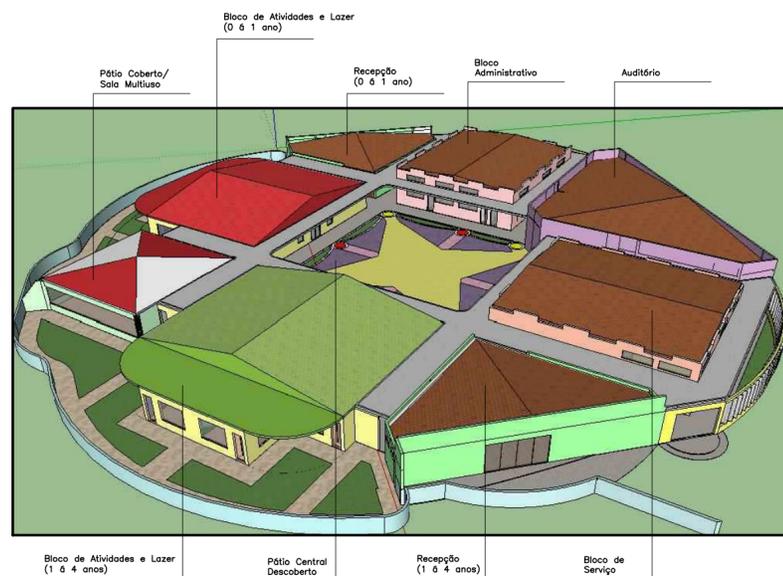
10 FACHADA LATERAL EXTERNA
VISTA ILUSTRATIVA SEM ESCALA



11 FACHADA LATERAL INTERNA
VISTA ILUSTRATIVA SEM ESCALA



12 FACHADA POSTERIOR
VISTA ILUSTRATIVA SEM ESCALA



13 PERSPECTIVA VOLUMÉTRICA
VISÃO AÉREA DA EDIFICAÇÃO PELO LADO NORTE SEM ESCALA

PROJETO: ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO			
TÍTULO: EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL CRECHE SUPER MARIO & CIA			
PROPRIETÁRIO: CLIENTE HIPOTÉTICO	DATA: JULHO/2014		ESCALA: INDICADA
ENDEREÇO: ESQUINA DA AVENIDA BRAULINO DE CARVALHO E A AVENIDA O2	REVISÃO N°: 01		PRANCHA N°: 07/07
PRANCHA: VISTAS DAS FACHADAS E PERSPECTIVA VOLUMÉTRICA	ÁREA DO TERRENO: 10.511,62 m ²	ÁREA CONSTRUÍDA: 1.956,34 m ²	ÁREA LIVRE: 8.555,28 m ²
		ESC. PLOTAGEM: 1:150	